

ANDROS

Masculinidades
na internet:
a machosfera

Yoga, futebol e
ginástica rítmica:
ser homem no
esporte

Ney
Matogrosso:
bicho ou
homem?

Como a
violência
atravessa a
masculinidade?



homem é tudo igual?

expediente

REITOR

Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PROPG)

Profa. Dra. Debora de Oliveira

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Dra. Janine Gomes da Silva

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Prof. Dr. Iúri Novaes Luna

PROFESSORES DA DISCIPLINA DE MASCULINIDADES COMO CATEGORIA DE ANÁLISE SOCIAL NA PESQUISA E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

Prof. Dr. Adriano Beiras

Prof. Dr. Ricardo Bortoli

Prof. Dr. Guilherme “Smee” Sfredo Miorando

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Guilherme “Smee” Sfredo Miorando

guilhermesmee@gmail.com

REVISÃO E AUXÍLIO NA REVISTA

Alessandra Lima

Katiucy Besen Pedroso Pacheco

FOTOS RETIRADAS DOS BANCOS DE IMAGENS

FreePik.com; Pexels; Pixabay

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M669r Miorando, Guilherme “Smee” Sfredo

Revista Andros / organizado por Guilherme “Smee” Sfredo Miorando, Ricardo Bortoli, Adriano Beiras. – v. 1. – Florianópolis : Grupo Margens, 2026.
64 p.

ISBN: 978-65-84175-03-7

1. Gênero e sociedade. I. Bortoli, Ricardo. II. Beiras, Adriano.
III. Título.

CDD: 305.31
CDU: 316.346.2

André Felipe de Moraes Queiroz – Bibliotecário – CRB-4/2242



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

4 **Existem mil maneiras de ser homem: invente uma!**
*Guilherme “Sme” Sfredo Miorando,
Ricardo Bortolli & Adriano Beiras*

6 **Quando descobri que para ser homem não tem roteiro: Um mergulho pessoal nas masculinidades em mutação**
Marcos Vinícius Ferreira Corrêa

9 **Musculação e yoga no mesmo espaço: um contraste na masculinidade contemporânea**
Léo Fernandes Pereira

12 **Nem todo Zé, mas sempre um Zé... como os ataques de violência extrema nas escolas se relacionam ao ódio às mulheres**
*Lígia Antunes de Siqueira &
Xana Machado Kostrycki*

16 **O que tornaria uma masculinidade negra? Uma breve reflexão sobre a interseccionalidade de gênero e raça**
*Giulia Tescari Medeiros &
Willian Tomasi*

19 **Homem com H Ney Matogrosso é bicho ou é homem?**
*João Victor Furtado &
Samuel Santos Miguel*

24 **Gênero e justiça: corpos que escapam**
Alessandra Lima

28 **Dinâmicas de poder e socioeducação**
*Christina Helena Siczak &
Suela Maiara Bernardes*

31 **“Aqui pode”: as performances de masculinidades nos estádios de futebol**
*Gabriel Diego Medeiros,
Fernando Vieira Luiz &
João Matheus S. Garcia*

35 **¡Romper filas! Os labirintos do corpo e das masculinidades na ditadura civil militar uruguaia (1973–1985)**
Lucía Álvarez

39 **A mensagem que atravessa a tela a construção das masculinidades durante as juventudes, relações de gênero e medidas socioeducativas**
Talissa Palma Müller

43 **A cultura da força: masculinidade hegemônica e o ambiente hostil para a participação política feminina**
Katiucy Besen Pedroso Pacheco

46 **YouTube machosférico como tecnologia de gênero**
Maria Karolyna Rodrigues Silvano

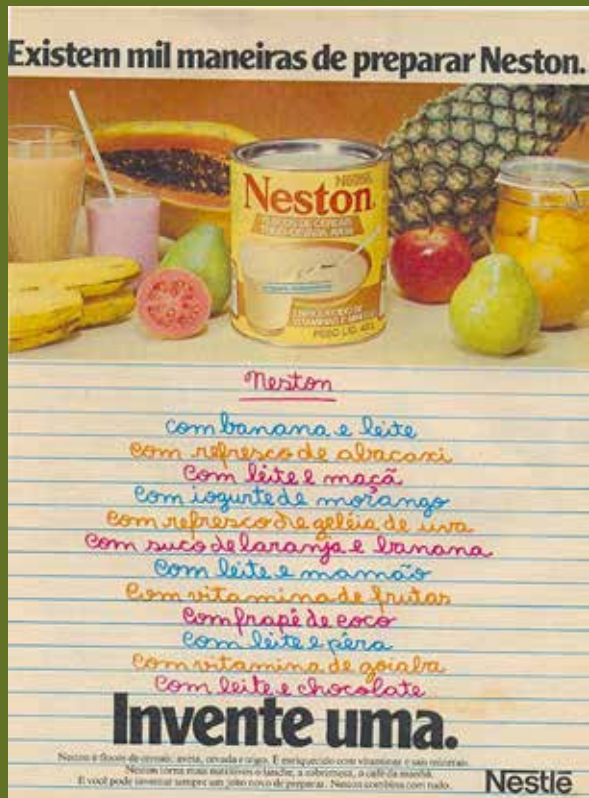
49 **Scroll, like, share: uma piada com um sapo e outras formas de violência em formato JPG**
Isabela Rodrigues Regagnan

52 **Homens podem praticar esportes considerados “femininos”? O caso dos meninos na ginástica rítmica**
João Jacinto da Silva Neto

56 **Saúde e HIV: por que os homens cis heterossexuais ainda estão fora dessa conversa?**
*Jéssica J. B. Fuchs &
Romell Parente Viana*

60 **A duras penas: por que o recrudescimento das sanções não reduz o feminicídio**
Jovane Gonçalves dos Santos

sumário
sumário



editorial

Existem mil maneiras de ser homem: invente uma!

Nos anos 1990, as revistas de variedades e de quadrinhos, além dos comerciais de televisão, exibiam a publicidade do cereal Neston, cuja chamada dizia: “Existem mil maneiras de se preparar Neston; invente uma!”. A campanha publicitária queria transmitir a ideia de um produto versátil, que poderia acompanhar qualquer refeição e complementar esse momento com suas propriedades ricas em vitaminas e minerais. No caso deste editorial, queremos pegar emprestada a frase da campanha de Neston para pensar a masculinidade não como um caminho de saída e chegada estanques, mas como um jardim bifurcado, um labirinto, como algo versátil que pode se apresentar de várias formas. Por isso falamos em masculinidades no plural e não em masculinidade no singular.

Socialmente fomos ensinados que existe uma maneira certa de ser homem, embora a masculinidade não venha com uma

receita para ser estruturada e crescer com fermento, ou ainda com um mapa que nos diga que caminhos tomar e que caminhos não tomar. Existem sim, interdições do que não devemos fazer se quisermos ser “homens de verdade”. Aqueles que não forem considerados assim podem sofrer pena das mais diversas violências, exclusões variadas do convívio coletivo e até mesmo correr risco de serem mortos por não se encaixarem em padrões imaginários.

Essa variação da masculinidade acontece até mesmo na noção daqueles homens que estão no “topo da cadeia alimentar”, que são tomados como modelo de conduta e aparência. Isso está relacionado com o conceito de masculinidade hegemônica, cunhado pela pensadora trans australiana Raewyn Connell. Em cada contexto, cultura, localização ou momento histórico, as expectativas sobre como um homem de verdade deve performar sua masculinida-

de mudam. Nesta revista você perceberá nos diversos artigos que a compõem como esse conceito pode ser aplicado em diversas situações, seja para mostrar a dominação dessa hegemonia, seja para explicitar vidas que ficam fora desse quadro, e as dificuldades que enfrentam nessas situações.

A Revista Andros é resultado da disciplina de “Masculinidades como categoria de análise social na pesquisa e intervenção psicossocial” oferecida conjuntamente nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A disciplina foi ministrada e coordenada pelo Prof. Dr. Adriano Beiras e teve assistência docente dos Prof. Drs. Ricardo Bortoli e Guilherme “Smee” Sfredo Miorando, que realizaram parte de seu estágio pós-doutoral na execução desta cadeira. A realização desta disciplina contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do grupo de pesquisas Margens, também coordenado pelo Prof. Dr. Adriano.

O corpo discente da disciplina contou com participantes de diversas áreas do conhecimento, como a própria Psicologia, mas também as Ciências Sociais, o Direito, as Letras, a Educação Física e a Comunicação, por exemplo. Compôs-se um quórum variado que proporcionou discussões profundas, com pontos de vista e questionamentos diversificados, dada a natureza destes alunos. Destaca-se, portanto, a interdisciplinaridade não apenas na formação da turma desta disciplina, mas também nos Estudos de Gênero e, em especial, nos artigos que esta revista aborda.

Dessa forma, a revista que você tem nas mãos, é um produto das discussões realizadas na disciplina oferecida por ambos os Programas de Pós-Graduação da UFSC e que apresenta as reflexões feitas através da

confluência de conhecimentos e discussão em sala de aula relacionando as áreas de conhecimento dos professores e dos alunos. São dezesseis artigos produzidos individualmente, em duplas ou em trios por vinte e três alunos, sejam eles alunos regulares dos programas, alunos especiais ou alunos-ouvintes.

Esperamos que você tenha uma ótima leitura da Revista Andros e que, ao final desse processo, possa reconhecer que existem mil maneiras de ser e de se fazer homem; basta inventar aquela que melhor compete com a expressão que mais agrada.



Guilherme “Smee” Sfredo Miorando produtor cultural, designer e quadrinista, graduado em Publicidade e Propaganda (PUCRS), especialista em Imagem Publicitária (PUCRS) e em Histórias em Quadrinhos (EST), Mestre em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE) e Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS).

Ricardo Bortoli Professor adjunto do departamento Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Especialista em Metodologias da Atenção da Criança e do Adolescente em Situação de Risco pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Adriano Beiras Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Terapia Relacional Sistêmica pelo Familiar Instituto Sistêmico, com estágios de pós-doutorados realizados na Espanha, Brasil e Inglaterra.



Quando descobri que para ser homem não tem roteiro: *Um mergulho pessoal nas masculinidades em mutação.*

Por muito tempo, eu mesmo acreditei naquele velho discurso sobre “papel masculino”. Algo como: ser homem é isso, não é aquilo, homem não chora, homem tem que ser forte, tem que liderar, tem que sustentar, tem que... (complete aí o pacote todo). Era como se existisse um manual secreto, passado de pai para filho, de geração para geração. Só que quanto mais eu tentava seguir esse roteiro, mais percebia que ele simplesmente não dava conta da vida real. Foi nesse choque entre o que esperavam de mim e o que eu realmente vivia que encontrei a obra de R. W. Connell. E não exagero quando digo que ela desmontou tudo o que eu achava que sabia sobre ser homem.

Connell não fala de “papel masculino”. Ela fala de algo muito maior: uma estrutura

social inteira, cheia de contradições, que organiza nossas vidas, da economia até a forma como nos relacionamos afetivamente. E, principalmente: Connell explica que “masculinidade” não é um pacote fechado, mas uma prática, sempre em movimento. Isso fez mais sentido pra mim do que qualquer coisa que já tinha escutado antes.

Connell e Messerschmidt (2013) explicam que existe algo chamado Masculinidade Hegemônica. Parece complicado, mas é simples: é aquele modelo de homem que a sociedade valoriza e cobra, o bem-sucedido, viril, autossuficiente, competitivo. Não é que a maioria dos homens seja assim; é que esse tipo virou o “padrão esperado”, quase um “selo de aprovação social”. Ler sobre isso foi como entender um jogo que eu sem-

pre joguei, mas no qual nunca soube direito as regras. Só que Connell também critica a forma simplificada como esse conceito foi entendido no passado. A vida real não cabe em caixas. Existem outras masculinidades se cruzando o tempo todo: a subordinada (como a de homens gays, alvo constante de violência e preconceito) e a cúmplice, aquela que não pratica a dominação, mas se beneficia do “dividendo patriarcal”. E aí um estalo: mesmo quando eu achava que “não fazia nada demais”, ainda assim pegava caronas em privilégios que eu nem percebia.

Uma das coisas mais transformadoras na teoria da Connell é perceber que ser homem não tem um único endereço. A gente muda dependendo do local, do grupo, da cultura. E isso acontece em três níveis: 1) Local: a rua onde eu cresci, a escola, o trabalho, a família; 2) Regional: a cultura brasileira (ou a australiana, ou a mexicana), com suas próprias expectativas. 3) Global: o mundo neoliberal, influencer, corporativo, onde surge uma masculinidade transnacional — calculada, competitiva, desconectada de vínculos locais.

Quando percebi isso, passei a olhar diferente para certas figuras: o executivo agressivo, o atleta que carrega o corpo como armadura, o jovem da periferia que performa dureza para sobreviver. São masculinidades formadas por pressões específicas, e não por “essência”. Connell traz até a herança do colonialismo, lembrando como a conquista — inclusive a violência sexual — foi historicamente marcada por gênero. Isso é desconfortável, mas necessário encarar.

Outra coisa que me marcou: o corpo não é só um acessório da masculinidade; ele é parte ativa dela. As formas de andar, de ocupar espaço, de reagir à dor... tudo isso

comunica algo. Pense nos esportes profissionais. São arenas onde a “masculinidade hegemônica” é exibida em HD, com custos físicos e emocionais gigantes. Mesmo homens privilegiados pagam caro por esse modelo. E aí tem a perspectiva das pessoas trans, algo que abriu ainda mais minha cabeça. Connell mostra que alguém pode ter convicção inabalável de ser homem mesmo tendo corpo lido como feminino. Isso desarma a ideia de que o corpo define tudo. Em outras palavras: a masculinidade é vivida no corpo, mas nunca está presa a ele.

Talvez essa seja a parte que mais dialoga com minha vida cotidiana: a masculinidade é um projeto, um trabalho contínuo, não algo que a gente “é” de uma vez por todas. Mas o projeto não quer dizer “progresso garantido”. Pelo contrário: há tensões, conflitos internos, riscos de fracasso. Para Connell, seria possível construir

A masculinidade é um projeto, um trabalho contínuo, não algo que a gente “é” de uma vez por todas

uma masculinidade hegemônica que favorecesse a igualdade de gênero. Eu confesso que, antes, isso me parecia utópico. Hoje, vejo como uma necessidade. Se ser homem significa o que a gente faz, e não uma essência fixa, então dá para fazer diferente.

Connell (2014) afirma sem rodeios: gênero é central na luta por justiça social. E isso faz todo sentido quando penso em como o “dividendo patriarcal” funciona: homens ganham mais, têm mais voz política, mais liberdade, mais reconhecimento simbólico. Mas isso não é igual para todos os homens. Um jovem negro da periferia não recebe os mesmos “prêmios” que um homem branco de classe média. A estrutura pesa mais sobre alguns. Ou seja: não existe “experiência masculina”, existem várias.

Connell descreve quatro tendências políticas entre homens. E eu já me vi tocado



por mais de uma delas: 1) A terapia da masculinidade: aquela conversa do tipo “homens estão perdidos, precisam reencontrar sua força”. Parece acolhedora, mas quase sempre foge da questão do poder. Vi amigos entrarem nisso achando que resolveriam inseguranças, mas sem nunca questionarem desigualdades. 2) O lobby antifeminista / armamentista: aquela reação agressiva que tenta “restaurar a ordem” e resgatar o “verdadeiro homem”. A gente vê isso o tempo todo na internet. 3) A liberação gay: aqui, Connell destaca como homens gays desafiaram modelos tradicionais de masculinidade e criaram outras formas de solidariedade — especialmente no contexto da epidemia de HIV. 4) A política transformativa: essa é a que mais me inspira: repensar masculinidades, dividir tarefas domésticas, ressignificar os afetos, construir alianças com o feminismo. É a única política que realmente mexe na estrutura.

Construir alianças: talvez o caminho mais honesto para mudar desigualdades de gênero, Connell defende algo simples e profundo: alianças. Não se trata de “movimento dos homens”, porque homens não são grupo oprimido. Mas movimentos compostos também por homens, que enfrentam: violência, desigualdade econômica, homofobia e padrões rígidos que sufocam

todo mundo. Exemplos como o movimento White Ribbon mostram que isso é possível, desde que os homens enfrentem também aquilo que os divide internamente.

Depois de mergulhar na teoria da Connell, percebi que ser homem não é um destino, nem um título de posse. É um conjunto de práticas que podemos e devemos transformar. A meta não é apagar o gênero, mas recompor suas possibilidades, abrindo espaço para todas as pessoas experimentarem seus símbolos e práticas sem medo. Ser homem, afinal, não deveria ser um fardo, nem um script pronto. Deveria ser uma construção consciente, ética, aberta, que não precise dominar ninguém para existir. E talvez o primeiro passo seja reconhecer: nenhum de nós terminou de aprender a ser homem. E tudo bem.

Referências:

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDES, T.; OLAVARRÍA, J. (Ed.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago: ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres, 1997.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. *Século XXI – Revista De Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 11-34, jul./dez. 2014.



Marcos Vinícius Ferreira Corrêa doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas.



Musculação e Yoga no mesmo espaço: *um contraste na masculinidade contemporânea*

Nas últimas décadas, o debate sobre masculinidade adquiriu força. Se, antes, ser homem parecia algo evidente, hoje, constata-se o quanto essa identidade é moldada por rituais, gestos e performatividades. A filósofa Judith Butler (2003) nos ajudou a revelar que o gênero não é algo que somos, com o qual já nascemos, uma essência, mas é o resultado do que fazemos reiteradamente, o conjunto de atos que são repetidos até parecerem naturais. A socióloga australiana Raewyn Connell (1995), por sua vez, mostrou que essas performances se organizam em torno de uma hierarquia, sendo que, no topo, temos a “masculinidade hegemônica”: aquela que valoriza a virilidade, o controle, a produtividade e a invulnerabilidade.

Olhando especificamente para essa masculinidade hegemônica, um dos espaços sociais onde ela se inscreve com mais veemência é a academia de musculação. Ali, o corpo é tratado como um projeto a ser erigido: algo que se constrói,

mede, compara e exhibe. A cada série nos aparelhos, o homem reafirma a sua virilidade, ao passo que esconde suas vulnerabilidades. O sociólogo Loïc Wacquant (1995) descreveu a lógica da academia como uma “religião profana da fisicalidade”. Em suas palavras, o fisiculturismo transforma o corpo em fortaleza: um refúgio e uma prisão. A dor se torna virtude, o esforço ganha status de redenção. O músculo enrijecido torna-se, assim, o emblema de uma racionalidade que confunde força com brutalidade.

Contudo, outro tipo de movimento vem ocupando, ainda que discretamente, o mesmo espaço. Entre os sons metálicos dos pesos e o ritmo mecânico dos aparelhos, o yoga introduz uma lógica distinta de corpo e de saúde – outra ética, outra estética. Ainda que atravessado por transformações decorrentes de sua ocidentalização, ele atua como um contraponto ao hiperpragmatismo masculinista presente na academia, à ideia, por exemplo, de saúde como desempenho e

suor, “queimar calorias”, “tornar-se sua melhor versão” etc. Enquanto uma lógica busca o aperfeiçoamento, a outra explora a presença. Uma, constrói o corpo-bruto; a outra, redescobre o corpo-sensível. O corpo musculoso quer provar; o corpo sensível busca compreender. Um, procura segurança; o outro, sentido.

Essa distinção revela algo mais profundo: não se trata apenas de modos diferentes de se exercitar, mas de concepções radicalmente distintas de corpo. Por padrão, o corpo virou vitrine, cartão de visita, investimento. Mas há outro corpo que não aparece nas redes sociais ou nos espelhos: o corpo que somos. Esse corpo não é percebido de fora, tampouco de dentro, mas a partir do interior. É o corpo da experiência viva, aquele que percebe antes de qualquer ato cognitivo. Chamemos esse lugar de Sensível. O Sensível é o que emerge quando lentificamos o gesto, quando interrompemos o automatismo da ação e voltamos nossa atenção para o que um dos primeiros fenomenólogos, Maine de Biran, chamou de “sentido íntimo” (Bois, 2008). Esse sentido revela fenômenos antes ignorados: a textura da respiração, os afetos circundantes, a intencionalidade do gesto. Ao praticar yoga nesse registro, não se busca alongar músculos, mas escutar a matéria viva do ser. Nesses termos, o yoga pode ser visto como uma “ginástica do sensível”.

Há algo de profundamente subversivo em um homem que permite experimentar, em seu corpo, a gestualidade do yoga. Em um mundo que exige performance e

produtividade, a exploração sobre a gestualidade representa uma pequena revolução. Raewyn Connell (1995) lembraria que o gênero é uma relação, e talvez estejamos, enfim, diante de uma renegociação dessa relação dentro do próprio corpo masculino. O homem que se dobra em uma postura de yoga não abandona sua força, apenas aprende a direcionar sua atenção para recônditos esquecidos de sua matéria encarnada.

A musculação e o yoga refletem, talvez, a mesma tentativa humana: a de habitar o próprio corpo e nele encontrar a paz. Mas, enquanto a musculação constrói um corpo que se arma frente ao mundo, o yoga recorda que, embora resistir seja necessário, é a não-resistência que buscamos. Resistir é um mal necessário, diria Vivekananda, não uma virtude em si.

Que o homem da academia encontre a coragem de se desfazer das couraças. Quer dizer, que aja com o coração, com carinho. O homem que se dobra no tapete não está apenas se alongando. Está desfazendo, pouco a pouco, as camadas de uma pré-tensa identidade. Está descobrindo que ser forte é diferente de ser bruto.

A diferença entre ser forte e ser bruto parece corresponder à clivagem que Connell (1995) descreve entre masculinidade hegemônica e formas contra-hegemônicas de habitar o corpo. A força, tal como compreendido na práxis do yoga, não é exterioridade rígida nem potência exibida, mas capacidade de conter e dirigir a energia vital, um gesto que opera no registro da moderação, da pausa e do

A força, tal como compreendido na práxis do yoga, não é exterioridade rígida nem potência exibida, mas capacidade de conter e dirigir a energia vital.

aquietamento muscular. Por outro lado, a brutalidade, tão familiar aos ambientes de musculação, é expressão somática do projeto cultural que privilegia sobrecarga, gasto energético, hiperpragmatismo e autossuperação disciplinada. Connell (1995) observa que a masculinidade hegemônica não é apenas um conjunto de normas externas, mas uma gramática incorporada: vive-se como tensões musculares, posturas, modos de respirar e habitar o espaço.

Nesse sentido, o homem que se dobra no tapete (no gesto de ceder, ouvir, dissolver as pré-tensões da identidade) serve como contraponto a esse regime performativo. Ele desloca a força da esfera da virilidade produtiva para a esfera do cuidar e ser cuidado.

Referências:

BOIS, Danis; AUSTRY, Didier. A emergência do paradigma do sensível. *Revista mbienteeducação*, v. 1, n. 1, p. 1–20, jul. 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R. W. (1995). *Masculinities*. University of California Press.

WACQUANT, Loïc J. D. *Why Men Desire Muscles*. *Body & Society*, London: SAGE Publications, v. 1, n. 1, p. 163–179, 1995.



Léo Fernandes Pereira
é educador Físico, mestre e doutor em Saúde Coletiva pela UFSC, professor e pesquisador de yoga.





Nem todo Zé, mas sempre um Zé...

como os ataques de violência extrema nas escolas se relacionam ao ódio às mulheres

Iniciamos este texto situando as autoras, duas mulheres brancas, cisgênero, hetero/bissexual e doutorandas. Nós duas trabalhamos em instituições escolares e, por conta disso, fomos diretamente atravessadas pela recente ascensão de ataques de violência extrema em escolas no Brasil. Situações que eram comuns nos Estados Unidos, mas que nos últimos anos, especialmente em 2022 e 2023, passaram a acontecer com mais frequência em nosso país. Além do aumento no número de casos, chamou-nos a atenção o fato de que a grande maioria dos ataques foi realizada por meninos e homens, fortemente influenciados por discursos de ódio e extremistas na internet. Durante uma disciplina voltada à discussão das masculinidades como categoria de análise social sob perspectivas feministas, consideramos importante escrever um texto que refletisse sobre as masculinidades performadas pelos autores das violências e sua ligação com o ódio e o desprezo pelas mulheres.

Para começo de conversa, é preciso lembrar alguns acontecimentos que podem ter relações com a escalada dessas violências. Desde o primeiro mandato de Lula em 2003 estava ocorrendo no Brasil a implantação de uma série de medidas progressistas, das quais destacamos a maior abertura política para uma agenda de gênero, materializada em políticas públicas na saúde e na educação. No entanto, o diálogo institucional com o movimento feminista que estava se estabelecendo, principalmente após a eleição de Dilma, foi quebrado com o golpe de 2016, um processo marcado pelo ódio contra mulheres (misoginia), que demonstrou como discursos misóginos, machistas e violentos passaram a fazer parte da política institucional (Flávia Biroli, 2018).

Outro fator relevante foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, pois este sempre se mostrou envolto em discursos racistas, machistas e misóginos, bem como performa um modelo de masculinidade bastante agressivo. Dentre várias situações controversas, seu (des)governo promoveu a flexi-

bilização no controle de armas, possibilitando que a população civil tivesse 7,5 vezes mais armas que as forças estatais de segurança pública. Além disso, houve o crescimento de munição comercializada no mercado nacional (Daniel Cara, 2022).

A popularização das pautas de extrema direita, o aumento do porte e acesso às armas, a divulgação de discursos de ódio e figuras masculinas associadas à misoginia, têm promovido tensões sociais que impactam toda a sociedade, incidindo também no crescimento dos ataques contra as escolas. Diante desse cenário, diversas instituições ligadas às universidades e à atual gestão do presidente Lula (2023–2026), passaram a analisar e discutir os casos de violência extrema contra escolas no Brasil. Foram mapeados 49 ataques, sendo o primeiro em 2001 e a maior concentração entre os anos de 2022 e 2024. É importante ressaltar que os ataques foram cometidos por 53 jovens (entre 10 e 25 anos), sendo que apenas um foi realizado por uma jovem de 19 anos, mas todos os demais autores das violências se identificavam como meninos e homens. Chama atenção que o mais novo tinha 10 anos, mas a maioria tinha menos de 18 anos quando realizaram os ataques. Os jovens eram majoritariamente brancos ou lidos socialmente como brancos, grande parte pertencia aos extratos sociais mais pobres, sendo alguns de classe média baixa. Foram identificados outros pontos em comum: poucas relações interpessoais, isolamento social, falta de perspectiva de futuro ou de propósito em suas vidas e interesse pela violência e armas. Além disso,

Os jovens eram majoritariamente brancos ou lidos socialmente como brancos, grande parte pertencia aos extratos sociais mais pobres, sendo alguns de classe média baixa.

buscavam reconhecimento por meio dessas ações violentas, bem como possuíam crenças marcadas por preconceitos, racismo, misoginia e ideologias de teor nazista e interagiram com perfis e comunidades virtuais mórbidas e/ou consumiam conteúdos de ódio. No entanto, eram percebidos pela família e escola como bons alunos e demonstravam timidez (Marcela Nunes, 2025; Cléo Garcia; Telma Vinha, 2025).

O massacre de Columbine nos EUA, em 1999, serviu como inspiração para alguns desses jovens brasileiros, tal episódio de violência extrema foi o primeiro tiroteio em uma instituição escolar a ser noticiado ao vivo pela imprensa norte-americana, causou a morte de 12 estudantes, um docente e deixou várias pessoas feridas. Infelizmente o incidente teve ampla repercussão e a espetacularização da violência pela mídia, impulsionando outros ataques, onde quem planejou queria muito replicar o caso Columbine para garantir que suas ideias fossem divulgadas e que seus nomes fossem conhecidos (Marcela Nunes, 2025).

Além disso, as investigações demonstraram que os autores fizeram publicações com conteúdos misóginos em grupos extremistas online, indicando que as questões de gênero e o ódio a tudo que esteja relacionado ao feminino e feminismo são elementos chave para analisar esses perpetradores. Nesses grupos usuários organizam, discutem e fazem apologia aberta a crimes graves, incluindo feminicídio (assassinato de mulheres apenas por serem mulheres), estupro, maus tratos a animais, defesa do neonazismo e pedofilia. Estas comunidades extremistas funcionam como ecossistemas

de radicalização que oferecem aos jovens uma sensação paradoxal de acolhimento e pertencimento ao direcionar ressentimentos para alvos específicos, como minorias políticas, mulheres, judeus e negros (Marcela Nunes, 2025).

Nesse sentido, não foi à toa que os principais alvos desses ataques foram mulheres estudantes e professoras e que os executores pouparam meninos e homens. Chama atenção o relato de estudantes que sobreviveram ao ataque de Realengo no Rio de Janeiro (2011), os quais apontaram que o atirador mirava na cabeça das meninas, demonstrando nitidamente a intenção de matá-las, já nos meninos os tiros ocorreram pelo corpo e alguns foram poupados (Marcela Nunes, 2025).

Além do isolamento social, da cooptação por grupos extremistas e do acesso a armas, é fundamental reconhecer que historicamente há um direcionamento de meninos e homens para as violências. Para bell hooks (2025) os meninos não são incentivados em sua criação a expressar seus sentimentos por meio de palavras, o único sentimento permitido a eles é a raiva, traduzida por ações agressivas e o caminho mais rápido para virilidade. Além disso, não devem fazer nada que seja considerado feminino ou

afeminado. Do mesmo modo, Victor Seidler (2009), salienta que meninos aprendem desde cedo que suas emoções são sinais de fraqueza, uma ameaça a suas identidades masculinas, por isso precisam reprimir suas dores e ter autocontrole, sendo incentivados a resolver os conflitos por meio da força e dos diversos tipos de violências.

Teresa de Lauretis (1994), nos ajuda a entender como as violências e a misoginia podem ser relacionadas a socialização masculina, ela argumenta que o gênero se constrói por meio de discursos institucionais como a escola e a igreja e, também, por diferentes tecnologias, como rádio, televisão, cinema, jornais e internet. Para a autora, a tecnologia específica não apenas representa o gênero, mas o constrói e influencia as subjetividades de quem ela é dirigida.

A ampla repercussão dos ataques violentos pela mídia e redes sociais, definido como efeito contágio por Telma Vinha e Cléo Garcia (2025), contribuiu para a repetição de comportamentos semelhantes, principalmente quando ocorreram descrições em detalhes sobre os métodos, motivações e autores. Entendemos que a divulgação nas mídias, redes sociais e os grupos virtuais extremistas funcionaram como tecnologias de gênero, relacionadas a uma performativida-



de de masculinidades violentas e misóginas. Os jovens que realizaram os ataques foram enaltecidos por outros jovens que se identificaram com esses valores, tanto que nas investigações dos casos no Brasil foi possível encontrar postagens dos perpetradores glorificando os ataques anteriores. Além disso, os discursos de ódio, misóginos, racistas e nazistas dos grupos virtuais extremistas também incentivaram os ataques e moldaram as subjetividades de tais jovens, uma vez que além de participarem desses grupos, faziam postagens com esses conteúdos.

Diante disso, é possível entender porque adolescentes encontraram validação em experiências virtuais de ódio, especialmente aquelas que glorificam misoginia e narrativas extremistas, demonstrando que não é um fato aleatório que a maioria das vítimas fatais tenham sido mulheres, mas expressão específica de como homens aprendem, desde a infância, que mulheres são objetos de controle e disciplina.

Em contrapartida à escalada da violência extrema nas escolas é necessário e urgente que a resposta institucional se concentre na construção de uma infraestrutura de prevenção e suporte contínuos. Uma alternativa crucial está na implementação e fortalecimento de práticas de mediação e apoio psicossocial, além da construção de uma cultura escolar de acolhimento, escuta ativa e diálogo aberto, visando não apenas encarar as crises, mas também criar um espaço de pertencimento (Daniel Cara, 2022).

Portanto, estratégias eficazes de prevenção não podem se limitar ao monitoramento de armas ou regulação de conteúdo online; exigem transformação pedagógica profunda que permita aos adolescentes — especialmente meninos — desenvolver identidades masculinas que incorporem vulnerabilidade emocional, interdependência e respeito mútuo como fundamentos de dignidade, crian-

do alternativas viáveis àquela masculinidade que os predispõe ao isolamento, à raiva silenciosa e, finalmente, à violência.

Referências

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.

CARA, Daniel (Org.). O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022.

HOOKS, bell. A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor. São Paulo: Elefante, 2025.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

NUNES, Marcela de Oliveira. Ataques a escolas e discurso de ódio entre jovens: impactos e reflexões. Revista Imagens da Educação, v. 15, n. 2, 2025.

SEIDLER, Victor. La violencia: ¿el juego del hombre? En: RODRÍGUEZ, Juan Carlos Ramirez; VÁZQUEZ, Griselda Uribe (Eds.), Masculinidades. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres. Madrid: Plaza y Valdés, 2009.

VINHA, Telma; GARCIA, Cléo. Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos. São Paulo: D3e, 1.ed., 2025.



Lígia Antunes de Siqueira é professora de educação física na educação infantil da rede municipal de Florianópolis, doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e ativista feminista.

Xana Machado Kostrycki é assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.





O que tornaria uma masculinidade negra?

uma breve reflexão sobre a interseccionalidade de gênero e raça

Em um primeiro momento, a ideia de pensar sobre masculinidades negras nos parece óbvia. Em um segundo, nos pausa. Óbvia, se considerarmos a conceituação do senso comum, segundo a qual pensar sobre masculinidades negras seria pensar sobre homens negros. Mas a pausa é imprescindível, e é a partir dela que se constrói nossa reflexão. O que se encontra no centro da encruzilhada entre masculinidades e raça?

Compreendendo que a cultura se organiza a partir de conceituações relacionais, entendemos também que, para falar sobre masculinidades negras, precisamos identificar os elementos que as caracterizam e diferenciam de outras categorias. Para tal, comecemos nos debruçando sobre o conceito de masculinidade hegemônica, proposto por Raewyn Connell (2013).

Hegemonia é um conceito cujo significado aponta para o alcance persuasivo de uma ideia, introjetando-a na cultura de uma sociedade de forma que ocupe espa-

ços variados. A masculinidade hegemônica, portanto, não se trata da mais violenta, mais rica ou mais forte, mas da noção mais difundida sobre o que seria o homem ideal que, por ser ideal, raramente se materializa como realidade possível para aqueles que se identificam como homens. Connell (2013) afirma: “A masculinidade hegemônica não se assume normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas, certamente, ela é normativa”.

O elemento importante sobre a masculinidade hegemônica neste texto, pensando em homens negros e no contexto brasileiro, é que ela depende de alguns parâmetros de sustentação para tornar-se normativa: alia-se à branquitude, ao capitalismo, ao patriarcado e à heteronormatividade. É Túlio Custódio (2019) quem nos apresenta esses elementos ao defender que as masculinidades não são nomeações de grupos de pessoas, mas processos sociais. Masculinidade, portanto, é uma posição dentro de uma ordem de poder e não uma essência individual.

Essa perspectiva acompanha a noção de performatividade de Judith Butler (2018), segundo a qual o gênero se forma enquanto é praticado. A masculinidade é, assim, constituída enquanto é exercida, mas não exclusivamente por homens, nem exclusivamente por pessoas brancas. Conforme o conceito se difunde e se cristaliza como ideal valorizado de existência, torna-se desejável exercê-lo em prol de recompensas sociais. É a partir desse ponto que começamos a pensar nas masculinidades negras.

A pausa mencionada no início surge da constatação de que masculinidade não corresponde à realidade biológica de um corpo lido socialmente como macho. Da mesma forma, raça precisa ser compreendida enquanto ficção social, e não como leitura neutra de marcadores biológicos. Assim como Howard Winant (2014) descreve raça como uma forma de inventar pessoas, podemos entender que o gênero e a criação do ideal de masculinidade também inventam um homem que não tem condições de existir na realidade. Ambas são ficções reguladoras.

Nesse sentido, acionar o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), é crucial para lembrar que identidades não se somam, mas se entrecruzam. Gênero, sexualidade, raça e classe produzem experiências distintas e, no caso das masculinidades negras, é o racismo que não apenas marginaliza, mas redefine o que é ser homem.

Gênero e raça estão, portanto, interseccionalizados como ficções criadas para manter os privilégios de um grupo específico. O homem negro não possui, biologicamente, uma masculinidade “própria” ou “natural”. A categoria “masculinidades ne-

gras” só ganha sentido quando identificada relacionalmente, como produto de uma ordem social que posiciona o homem negro em um lugar particular.

É neste ponto que as contribuições de Ribeiro (2020) se tornam cruciais. Ao retomar a ideia de Patricia Hill Collins de imagens de controle para pensar masculinidades negras, o autor mostra como a sociedade brasileira produz leituras específicas sobre o homem negro: violento, irracional, perigoso, hipersexualizado. Essas imagens não são apenas estereótipos, são tecnologias de poder que regulam a presença do homem negro no mundo. Ao contrário do homem branco, cuja masculinidade é vista como neutra ou universal, o homem negro entra em cena já interpretado, já narrado, já ameaçador.

Essas imagens: o criminoso, o violento, o hipermasculino, funcionam como um enquadramento racial e de gênero. Como escreve Ribeiro, o homem negro está constantemente negociando entre ser “King” (aquele que precisa performar força e autocontrole para sobreviver ao racismo) e “Kong” (a imagem monstruosa, animalizada, projetada sobre ele). Essa dualidade não é uma metáfora: é uma forma de vida. É a própria construção da masculinidade negra como posição subordinada dentro da ordem social brasileira.

Aqui encontramos a contribuição de Perycles Macedo (2025), ao chamar a identidade masculina de contingencial: incerta, descontínua, inteligível apenas quando contextualizada. Quando contextualizamos a masculinidade negra, percebemos que ela é produzida em meio a processos contínuos de desumanização e vilanização que a branquitude projeta sobre pessoas negras. Ao homem negro e à sua masculinidade, cabem a animalização, a

Podemos entender que o gênero e a criação do ideal de masculinidade são ficções reguladoras

violência, a suspeição permanente e a negação de pertencimento à categoria “homem” (Faustino, 2014). Afinal, como ser homem sem ser reconhecido como humano?

A reflexão sobre uma masculinidade subordinada para identificar homens negros nos leva a questionar: a quem serve a ficção do gênero, se não aquele que a aliou à ficção da raça com a intenção de dominar corpos que chamou de outros? As portas da masculinidade hegemônica se fecham na cara do homem negro, forçando-o a construir sua própria experiência na presença dessa rejeição. Assim, branquitude e masculinidade se organizam enquanto aliados poderosos, que chamam tudo que não é si mesmo de outro, enquanto sequer conseguem alcançar os ideais de existência que propõem.

Em 1851, em um discurso histórico, Sojourner Truth profere a famosa frase “e eu não sou uma mulher?”. Anos depois, em 1981, bell hooks empresta sua frase para nomear seu livro. Em diversas produções acadêmicas do feminismo decolonial, autoras como María Lugones e Ochy Curiel confrontam o conceito de mulher, denunciando que o colonialismo sequer reconhece pessoas negras, indígenas e latino-americanas como seres humanos, como seria possível então que se encaixassem na categoria “mulher”? Nos inspiramos em seus exemplos para refletir: por que precisaria então o homem negro corresponder a qualquer categoria de masculinidade, pensando que essa só foi possível de ser construída em aliança com a branquitude colonizadora que o desumaniza para poder existir?

Referências:

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-288, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel. Pervertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo Ribeiro de (org.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 131-162.

FAUSTINO, D. M. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, E. V. (org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75-104.

MACÊDO, P. Performatividade viril: uma abordagem queer para os estudos de masculinidades. *Diversidade e Educação*, v. 12, n. 2, p. 838-862, 2025. DOI: 10.14295/de.v12i2.17379.

OMI, Michael; WINANT, Howard. A teoria da formação racial. In: _____. *Formação racial nos Estados Unidos: uma teoria crítica da raça*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 67-88.

RIBEIRO, Milton. “Eu decido se ‘cês vão lidar com King ou se vão lidar com Kong’: homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade brasileira. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 25, p. 118-131, 2020.



Giulia Tescari Medeiros psicóloga formada pela UFBA. Psicóloga Clínica com ênfase na abordagem da Análise do Comportamento. Mestranda em Psicologia Social e Cultura na UFSC, na linha de pesquisa em estética, processos de criação e política.

Willian Tomasi psicólogo, pós-graduado em Psicopatologia, Psicanálise e Clínica Contemporânea pelo Instituto ESPE e mestrando em Psicologia Social na UFSC.





Homem com H

Ney Matogrosso é bicho ou é homem?

“**H**omem com H” (Esmir Filho, 2025), uma obra cine-biográfica sobre Ney Matogrosso, é certamente um filme que não só assistimos, mas somos assistidos de volta. Não é só sobre um artista, mas sobre um corpo em movimento — um corpo que atravessou ditaduras, moralismos e fronteiras de sexualidade e gênero sem pedir licença. Um corpo que canta, dança e fere, ao mesmo tempo que se transforma constantemente.

Quando Ney aparece em cena, não é apenas ele quem se mostra: somos nós que nos vemos ali, refletidos nos brilhos, nos gestos e nos silêncios. Cada olhar, cada movimento de ombro, cada pausa entre uma música e outra parece convocar um pedaço da nossa própria história como homens. Assim, nos deparamos com uma figura que não se identificou com as imposições da “masculinidade”, percebeu que o manual hegemônico não lhe cabia, tal como nós em nossos processos de subjetivação.

Na interlocução entre o corpo do artista e os nossos corpos-espectadores que nasceu este trabalho. Um diálogo entre dois psicólo-

gos, dois homens gays, dois olhares atravessados por uma mesma inquietação e como o filme age sobre — e o que ele faz com as nossas masculinidades. Mais do que uma análise de documentário, este texto é um experimento entre o sentir e o pensar, entre a psicologia e o cinema, entre homens e o Homem com H.

Orientados por uma pesquisa-espectação, aprofundamos o nosso olhar sobre as afetações em nossas próprias masculinidades, perpassando por estudos de gênero para fundamentar (Ferreira, Gomes & Pereira, 2024). Podemos delinear como uma autoetnografia espectral com mediação paralela: cada autor assistiu ao filme e registrou, em diário, as sensações, memórias e deslocamentos que a obra provocou. Depois, colocamos os diários lado a lado e deixamos que conversassem: Quais as convergências e divergências entre os afetos? Que padrões se repetiram quando o filme encosta na pele? Que aspectos de masculinidades pudemos perceber na obra e em nós?

Recorremos aos pressupostos de Tere-

sa de Lauretis (1994) para pensar o cinema como tecnologia de gênero – um dispositivo que produz e refaz identidades por imagens, discursos e práticas; e de Judith Butler (1990;1993), com a qual entendemos o gênero por sua expressão e performatividade – uma repetição que pode falhar, desviar, subverter. Entre a fabricação (De Lauretis) e o desvio (Butler), acompanhamos Ney como quem acompanha um bug no sistema: o “bicho-homem” que desmonta a norma ao encená-la de maneiras outras que confrontam o que Raewyn Connel (1995) denomina de “masculinidade hegemônica”.

Ainda na infância Ney recebe agressões físicas de seu pai, que tenta fazê-lo chorar, cena que nos provocou. Como anotado no diário de espectação “Punições físicas para aprender a ser homem” (Samuel) e “Me senti extremamente angustiado ao ver a criança que não chorava” (João). Esse “não chorar” é o primeiro gesto de resistência representado na obra, pois enquanto o pai repassa o script da masculinidade — o homem que não sente, não fraqueja, não verte lágrima e que obedece ao “macho alfa” —, o corpo do menino já começa a performar o desvio ao não aceitar a subordinação e decidir por si se queria chorar ou não.

É neste momento que pensamos em De Lauretis (1994) ao afirmar que o gênero se fabrica: nas tecnologias cotidianas — o corpo, o castigo, o olhar do pai — que produzem o “homem” como categoria social. Mas é também ali que essa tecnologia trava, porque o corpo do filho não se deixa moldar por completo. Logo, percebemos que Ney não se sente autorrepresentado por aquela (e tantas outras) práticas sociais de como ser homem.

De Lauretis (1994) chama o cinema de “máquina de fabricar gênero”, e é exatamente

te isso que a cena mostra: o gênero como um produto de imagens, repetições e punições que foram socialmente construídas ao longo da história, mas a cada tentativa de fabricar o masculino, Ney escapa — uma falha performativa, no sentido de Butler (1995), em que o gesto não repete a norma, mas a imita torto. O menino aprende o script do gênero apenas para começar a desmontá-lo.

Mais tarde, no coral, quando Ney é separado das meninas ao ser convidado a cantar “como homem”, a voz dele se recusa ao grave. “Agora só as meninas”, diz o maestro, e Ney canta mais alto, mais agudo — e é elogiado como uma voz especial.

Essa cena é uma das várias fissuras das normas expostas no filme: o momento em que o corpo, mesmo educado a obedecer, produz um som que não cabe ao padrão. Em

nossas anotações, chamamos de “recusa à subordinação da voz” (Samuel) e momento que “começou a acreditar que podia transitar entre as duas coisas ou ser algo diferente” (João). É nesse entre — nem homem, nem mulher — que o gênero deixa de ser máquina e se mostra como invenção.

Há quem diga que Ney nasceu para o palco. Mas talvez o palco tenha nascido para Ney. Se, como afirma Butler (1995), o gênero é uma “repetição estilizada de atos”, o artista fez da vida a sua maior performance. Cada gesto dele — dentro e fora do palco — é uma encenação que expõe o gênero como aquilo que ele talvez seja: teatro social.

No filme, há um momento em que Ney diz ao companheiro, Marco Maria: “No palco é onde eu visto uma máscara, [...] onde eu libero meus demônios.” Essa fala ecoa como manifesto: o palco é onde se pode recriar formas, performar e falhar; onde o homem pode usar maquiagem, dançar, chorar, dese-

Há quem diga que Ney nasceu para o palco. Mas talvez o palco tenha nascido para Ney.

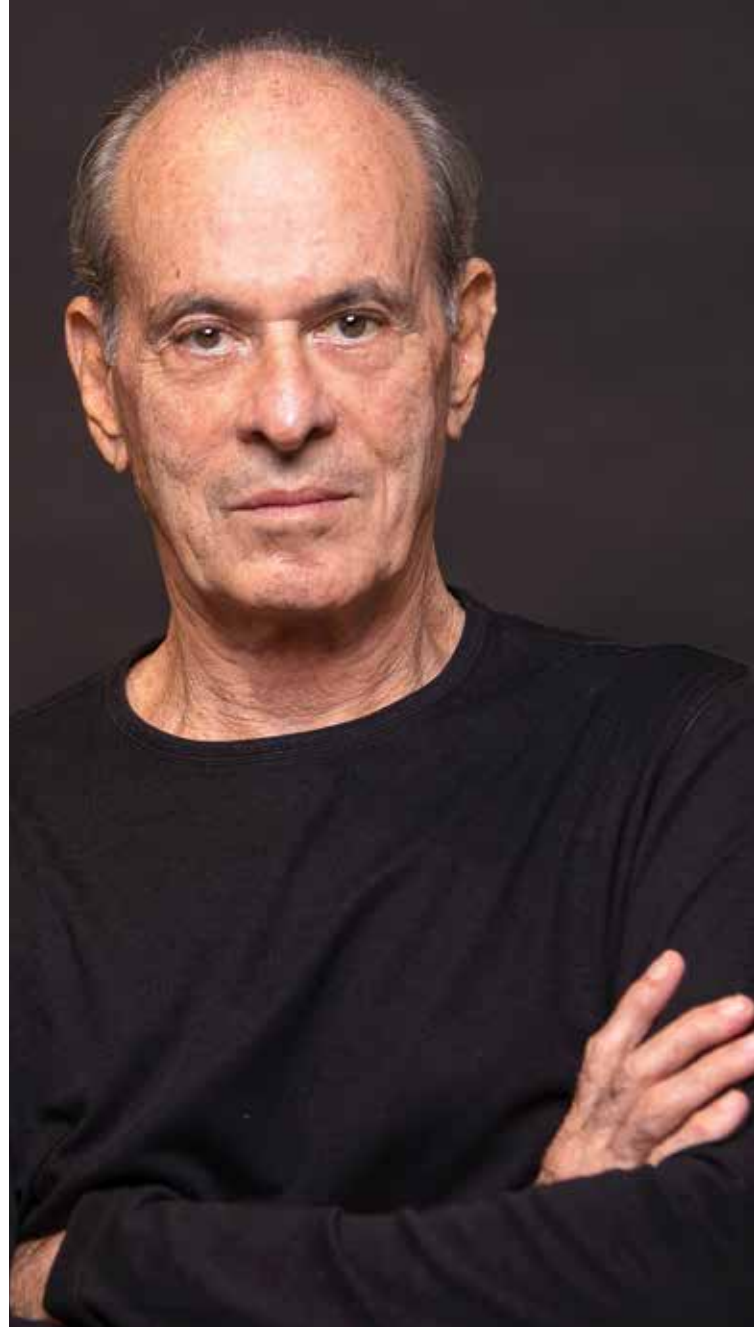
jar e ficar nu em público. Como a obra mostra, a performance não começa e não termina no palco, mas expõe um recorte de experiências do artista na vida dele, nos afetos produzidos e produtores. Cada aparição pública, cada entrevista, cada olhar desafiador é também uma cena. Ney performa porque a masculinidade (dele) exige espetáculo — e ele, em vez de reproduzir o papel, reescreve o roteiro.

Tivemos sensações distintas e complementares, como registramos “a intenção do pai era sempre diminuir Ney para ver se ele se mantinha submisso” (João), como a “a tentativa de moldar os trejeitos de Ney — pelo pai, pelo primeiro relacionamento romântico, pelo empresário, pela imprensa, pelo governo” — alguns disfarçados como educação e proteção.

Essas anotações se cruzam e revelam o quanto as tecnologias de gênero operam pelo afeto — o controle disfarçado de cuidado, o amor condicionado à performance correta. Ney, por outro lado, responde com excesso e dissidência, fazendo à sua própria maneira. Se o gênero tenta disciplinar, ele exagera; se o pai exige virilidade, ele rebola; se cobra contenção, ele grita.

E é nesse exagero — no gesto que escapa — que nasce o político. O corpo de Ney, coberto por penas, glitter e pele, não está só performando feminilidade; ele está desarmando a masculinidade. Aquele corpo bicho, como ele mesmo se define, rompe a fronteira entre humano e animal, homem e mulher, civilizado e selvagem. Podemos emprestar algumas descrições de Connel (1995) ao pensarmos que encarna é uma masculinidade contra-hegemônica: sensível, híbrida, indomável.

Podemos pensar, então, que “Homem com H” é menos sobre um homem e mais sobre o “H” — esse signo que tanto nos é imposto externamente, mas que não deveria ser condicionante, uma vez o gênero é entendido como um construto social e a autorrepresentação pode carregar significados e expres-



sões múltiplas. Talvez Ney tenha nos apresentado não um modelo, mas um método: performar até que a ficção vire realidade.

O sexo e o gênero, apesar de serem distintos, não podem estar indissociados. Nessa visão de De Lauretis (1994) pensamos nas cenas em que questionam Ney sobre o uso da maquiagem, como algo feminino, e em contraponto ele pergunta se alguém já tinha visto mulheres maquiadas daquela forma (exagerada, forte, cobrindo o rosto todo e animalesca)? No amor, o companheiro não é uma posse, como diz o personagem principal: “Não é meu, não é seu. Não é propriedade de ninguém”, poderia ser uma contestação aos relacionamentos de herança patriarcal baseados em dominância?



Ao final de “Homem com H”, quando o verdadeiro Ney Matogrosso surge no palco em 2024 — ainda brilhando, ainda nu de si —, algo se inverte: não somos mais nós que o assistimos; é ele que nos observa na multidão.

Nos nossos diários, esse momento nos atravessou de formas semelhantes: “Mostra o poder da arte em mexer com as estruturas sociais e a vivência de um homem que apresentou novos discursos sobre gênero e sexualidade” (Samuel) e “Depois de assistir a esse filme, eu penso muito sobre essas amarras que ainda me prendem... Ney nos ensina a ousar” (João). Ambos reconhecemos o mesmo gesto: a arte como ato de subversão e o corpo como lugar de (re)invenção.

Para Teresa de Lauretis, o gênero é tecnologia — mas Ney a reprograma.

Para Judith Butler, o gênero é performance — mas Ney o encena até desmanchar. E, para Raewyn Connell, toda hegemonia é uma ficção social — e Ney a desmascara com o corpo, com o gesto, com a voz e com suas performances dentro e fora dos palcos. Ao unir nossos olhares — João e Samuel —, entendemos que assistir Ney é mais do que ver um artista performar: é sentir nossos próprios corpos performando junto. O que o filme faz com Ney é o que ele faz conosco: fabrica e desmonta nossas masculinidades, expõe as máscaras, devolve o espelho e visita os nossos passados.

O que começou como um exercício de espetação se revelou um método de investigação intersubjetivo. “Homem com H” não foi apenas um objeto de análise, mas um dispositivo de gênero

(De Lauretis, 1987): um artefato cultural que fabrica, tensiona e redistribui sentidos sobre o que é ser homem. Para nós, um repertório discursivo mais próximo de nossa vivência, uma representatividade de novos sentidos de ser, estar e se relacionar.

A cada cena, o filme acionou as tecnologias que nos formaram e deformaram — o pai militar, a censura, o amor ciumento, o corpo que não podia chorar. Mas, ao mesmo tempo, abriu brechas: no choro contido, no gesto afeminado, no brilho insistente. Essas brechas são o que Judith Butler (1990) chama de falhas performativas — momentos em que o script do gênero se repete errado e, justamente por isso, se transforma.

E, como nos lembra Raewyn Connell (1995), é nesse atrito entre o modelo hegemônico e as masculinidades dissidentes que o gênero se revela político. Ney não apenas “representa” um outro homem: ele inaugura novos discursos sobre a existência masculina, onde vulnerabilidade e desejo não são opostos, mas potências. Nosso olhar, então, não foi neutro. Ele também performou. Assistir Ney Matogrosso foi assistir nossos próprios corpos e mentes sendo produzidos e desmontados diante da tela. Por isso, concluímos que a masculinidade — assim como o cinema — não é uma verdade a ser descoberta, mas uma ficção a ser encenada na realidade social.

Ney, ao longo de toda sua trajetória, nos ensinou que o gênero, no fim das contas, só existe enquanto performance — e que performar, quando é escolha, pode ser liberdade. Como artista canta a música que dá título ao filme, “Homem com H”: “Eu ouvia a mãe dizer | Ai, meu deus, como eu queria | Que essa cabra fosse homem | Cabra macho pra danar |

Ah mamãe, aqui estou eu | Mamãe, aqui estou eu | Sou homem com H | E como sou [...]”

Referências

Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (Tradução Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2019). Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo” (Tradução Veronica Daminelli & Daniel Yago Françoli). [S. l.]: n-1 edições; crocodilo.

Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, 20(2), 185-206.

Esmir filho (Diretor). (2025). *Homem com H* [Filme]. Paris Filmes.

Ferreira, P. S., Gomes, A. H. & Pereira, E. R. (2024). “Como nossos pais”: o feminino no cinema e a pesquisa-espectação. *Quaderns de Psicologia*, 26 (1, e2025), 1-17.

Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero. In: Holanda, H. B. (Org.). *Tendências e impasses no feminismo como crítica da cultura* (Cap. 3.2, pp. 206-424). Rio de Janeiro: Rocco.



João Victor Furtado psicólogo clínico de pessoas LGBTQ+ e pós-graduando em psicodrama

Samuel Santos Miguel psicólogo, mestrando (UFSC) e atuante em políticas públicas.





Gênero e justiça

corpos que escapam

Ainda que o discurso jurídico e político tradicional apresente a igualdade entre homens e mulheres como um ponto de chegada, onde todos seriam iguais perante a lei, essa concepção se limita à igualdade formal e ignora as desigualdades estruturais de gênero. A pensadora trans australiana Raewyn Connell, evidencia que as masculinidades são socialmente construídas e hierarquizadas, de modo que homens e mulheres não ocupam posições equivalentes de poder na sociedade. Nesse sentido, leis como a Lei Maria da Penha, que criam proteção específica para mulheres em situação de violência doméstica, ilustram uma conquista histórica, um instrumento político e jurídico construído a partir do reconhecimento de que a violência doméstica é expressão de uma desigualdade estrutural. Não violam a igualdade, mas re-

conhecem a desigualdade material e histórica buscando equidade ao tratar desiguais de forma diferenciada.

A tentativa de aplicar uma igualdade formal absoluta, sem considerar relações de poder, masculinidades hegemônicas e vulnerabilidades específicas, pode obscurecer a compreensão das dinâmicas de gênero e reproduzir injustiças, em vez de corrigi-las. Quando o PL 4954/2025 propõe incluir os homens na Lei Maria da Penha, o que está em jogo não é a ampliação da proteção, mas a reafirmação desse lugar de hegemonia: a tentativa de ocupar novamente o centro do debate sobre violência de gênero. “Igualar” juridicamente homens e mulheres sem reconhecer as hierarquias que organizam o gênero é repetir o gesto da dominação sob outra forma, a forma da neutralidade aparente e ainda, reafirma esse lugar de hege-

monia. A radiografia das formas de masculinidade dominante se estende por centenas de anos. Historicamente: violência urbana, violência doméstica, desemprego, abismo social, racismo e resistência feminista formam o contexto em que se manifestam essas agruras.

As desigualdades de gênero não podem ser analisadas isoladamente, mas em intersecção com outras formas de poder, como raça, classe e sexualidade. Essa perspectiva permite compreender que as violências sofridas pelas mulheres não resultam apenas de conflitos individuais, mas de estruturas históricas de dominação. Esse projeto de lei desconsidera essa base estrutural da violência de gênero, produzindo uma falsa ideia de igualdade jurídica, atua na contração dessa compreensão: converte desigualdade em equivalência e, assim, põe em risco os avanços conquistados pelas lutas feministas. Além de apagar as assimetrias que sustentam o patriarcado e ignorar que a história da violência de gênero é marcada pela subordinação e pelo silenciamento das mulheres.

E se os homens decidissem falar? O que revelariam sobre si mesmos e sobre suas práticas?

Desconstruir o machismo exige que os homens saiam do silêncio cúmplice da “Casa dos Homens”, um espaço profundamente violento, mas também cúmplice, marcado pela misoginia, conforme Daniel Welzer-Lang sociólogo francês, afirma. Pesquisador da área de violência masculina, acrescenta: o que une os homens nesse espaço não é afeto ou solidariedade, mas a objetificação das mulheres e a manutenção das hierarquias de gênero, que se manifesta de forma concreta. Como podemos observar em ambientes como grupos de WhatsApp

ou rodas de conversa silenciosas. Portanto, esse enfrentamento à violência de gênero exige que os homens conversem entre si e enfrentem não apenas seus atos individuais, mas as estruturas de poder e a cultura de cumplicidade em que estão inseridos. Sem esse diálogo, as hierarquias de gênero permanecem invisíveis e reforçadas, e a vulnerabilidade continua a ser ignorada. Curioso e problemático é pensar que a reivindicação por essa “igualdade” venha de uma deputada mulher e não de grupos de homens que enfrentam violências cometidas por mulheres. A invenção desse projeto de lei não é uma análise masculina, nem um movimento interno de reflexão sobre privilégios,

é uma iniciativa externa, que ignora as estruturas e disparidades históricas de poder. A lei protege corpos normativos, enquanto deixa expostos aqueles que vivem na vida nua, corpos que não se beneficiam de garan-

tias jurídicas e permanecem à mercê da violência e da exclusão social, como questiona Giorgio Agamben, filósofo francês contemporâneo. E nesse sentido...

Vamos aos fatos: Sim, existem casos esporádicos de homens que sofrem violência doméstica, e isso precisa ser reconhecido. Mas estatisticamente, os homens sofrem violência na rua, e para isso já existe o Código Penal. Já sabemos que a realidade majoritária, comprovada por dados, é que as mulheres são as vítimas dentro de casa. São elas que são agredidas, silenciadas e perdem suas vidas em relacionamentos e no ambiente doméstico. Essa lógica evidencia que o problema não é apenas a ausência de leis, mas a estrutura de poder que organiza as desigualdades de gênero, algo que os próprios homens, muitas vezes, não enfrentam

O problema não é apenas a ausência de leis, mas a estrutura de poder que organiza as desigualdades de gênero

no silêncio da “Casa dos Homens”. Esse silêncio opera para a manutenção de privilégios, demonstra que o poder moderno não se limita a instituições jurídicas, mas penetra nos corpos e nas subjetividades, combinando técnicas de controle externo com processos de vinculação à própria identidade. Esse duplo vínculo político produz sujeitos que se reconhecem enquanto tal, mas permanecem assujeitados às estruturas de poder, deixando muitos corpos à margem da verdadeira vida nua e crua exposta à violência e à exclusão. E afinal, quais corpos importam?

Não é uma questão retórica, e sim uma questão política, fazer esse questionamento. Mesmo diante de inúmeros privilégios, os homens negros não acessam os mesmos direitos que os homens brancos. O documentário, “O silêncio dos homens”, apresenta a fala chocante de uma professora ao reconhecer que, no berçário, os meninos negros são os últimos a serem trocados, evidenciando desde o início da vida um espaço que produz subjetividades marcadas por exclusão. Outro aspecto fundamental é que, a partir dos 12 ou 13 anos, esses meninos começam a sofrer batidas policiais, mostrando como a carga racial atravessa esses corpos desde muito cedo. Essa realidade se confirma nos números: o Censo do IBGE de 2022 indica que 73% da população das favelas é composta por pessoas negras, enquanto estudos de segurança pública mostram que 86% das mortes em ações policiais no Rio de Janeiro são de negros, mesmo representando apenas 51,7% da população. Esses dados revelam como a desigualdade racial e territorial molda vidas, corpos e subjetividades desde a infância, tornando visível a violência estrutural que atravessa a sociedade. Outro aspecto central dessa opressão que se manifesta no racismo: o



homem negro, além de enfrentar diversas formas de violência, sofre também a interpelação sexual na ‘Casa dos Homens’, onde a única forma de reconhecimento social parece ser a performance sexual. Como expressa a música: ‘Lá vem o negão, cheio de paixão’, ele é reduzido a um estereótipo de garanhão, obrigado a provar sua masculinidade por meio do sexo para ser aceito. O corpo masculino também pode ser erotizado e observado, mas que isso abalaria as fronteiras da masculinidade tradicional, pois colocaria o homem no lugar da vulnerabilidade e da passividade, lugares historicamente negados como problematiza o cineasta-teórico Richard Dyer. O homem negro

não é reconhecido por sua inteligência ou capacidade, na maioria dos casos, a verificar os números de ocupação de cargos com maior status, não existe o mesmo reconhecimento de uma virilidade laborativa, mas sim como um capital corporal, hipersexualizado, o que é muito provável irá produzir impactos na saúde mental desses homens.

A discussão sobre igualdade de gênero não pode se reduzir à proposta do projeto de lei de Júlia Zanatta, que enfatiza apenas a equiparação formal entre homens e mulheres. Limitar-se a isso é ignorar as desigualdades estruturais das vidas nuas que atravessam raça, classe, território e idade, e que moldam a vida cotidiana e os corpos de forma profundamente desigual. Para enfrentar essas questões de maneira efetiva, são necessárias políticas públicas estruturais, combinadas com intervenções psicossociais, como os grupos reflexivos, educação na escola, etc., que considerem a complexidade das subjetividades, a violência estrutural e a exclusão social desde a infância. Só assim será possível transformar de fato as condições que produzem injustiça e vulnerabilidade, ao invés de apenas criar uma aparência de igualdade jurídica que pouco contribui com o real problema.

As masculinidades devem ser entendidas como categorias sociais: elas não existem isoladamente, mas são produzidas por relações de poder, normas culturais e hierarquias raciais, de classe e de território. Nem todos os homens têm acesso à mesma 'virilidade' social: homens negros, periféricos ou pobres frequentemente enfrentam estereótipos e exclusão. Nesse sentido, o Estado como instituição reforça as próprias dinâmicas de violência que pretende regular. Ao atuar diretamente na observação de seus indivíduos e selecionar a partir

de características físicas, poder aquisitivo, disposição genética, uma espécie de consignaço racial, voltada para a proteção, bem-estar e coparticipação na construção de certas formas de masculinidades voltadas para as pessoas brancas, urbanas, de classe média, que são regularmente valorizadas e legitimadas.

Falo, portanto, a partir do meu lugar de mulher branca, reconhecendo o privilégio que esse pertencimento me confere, mas também as violências e desigualdades que atravessam a experiência de ser mulher. É desse lugar tensionado, entre privilégio e opressão, que assumo o compromisso ético e social de pensar e problematizar as masculinidades.

Referências:

AGAMBEM, G. *Homo sacer: a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CONNELL, R. W. (1997) La organización social de la masculinidad. En: Valdes, Teresa y José Olavarría (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. (pp.31-48). ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres. Disponible en: http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresxigualdad/fondo_documental/I_dentidad_masculina/la_organizacion_social_de_la_masculinidad.pdf Acesso em 02/11/2025.

DYER, R. (1982). Don't look now: the instabilities of male pin-up. *Screen*, Volume 23, Issue 3-4, Sep/Oct 1982, Pages 61-73.

LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2º sem. 2001.



Alessandra Lima *Psicóloga e psicanalista em formação. Permanente. Professora de Psicanálise na Universidade Regional de Blumenau –Furb e no Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia Hospital Santo Antônio. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFSC.*



Dinâmicas de poder e socioeducação

Durante os últimos sete anos, a rotina em um espaço socioeducativo de privação de liberdade fez parte de nossas vidas, enquanto Equipe Psicossocial que acompanha adolescentes meninas. Trabalhar nesse ambiente, permeado por tensões e situações de violências, afeta profundamente todos os envolvidos no processo da socioeducação — adolescentes, equipe técnica, estagiários, agentes socioeducativos, profissionais da limpeza, da cozinha e da portaria. Também são impactados os familiares e outras pessoas que, de alguma forma, transitam por esse espaço, mesmo que de maneira intermitente.

Esta instituição em questão se divide em duas unidades: uma masculina e outra feminina, sendo a grande maioria dos profissionais composta por homens. Talvez o número de homens não seja tão superior ao de mulheres; no entanto, a presença nesse espaço de segurança e socioeducação é notadamente masculina. Essa predominância dissemina um modo de operar tipicamente

masculino, perceptível inclusive na unidade feminina, onde quase a totalidade das profissionais são mulheres.

Mesmo sendo pensado como um espaço de proteção e educação, principalmente com a regulamentação e instituição do Sinase (2012), o sistema socioeducativo acaba reproduzindo as desigualdades sociais que existem “extra-muros”. Entre os diversos desafios que enfrenta, um dos mais marcantes, presente tanto nas atitudes dos adolescentes quanto nas práticas da própria instituição, é a violência de gênero.

As instituições — sobretudo as chamadas instituições totais (GOFFMAN, 2003), espaços de confinamento — refletem os conflitos e tensionamentos da sociedade atual. Elas preservam e reproduzem ideias historicamente construídas sobre o que significa “ser homem” e “ser mulher”, reforçando comportamentos associados à força, ao poder e à dominação, como descreveu

Pierre Bourdieu (2012, p.18): “A força da ordem masculina se evidencia no fato de

que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

Essas formas de masculinidade acabam sendo compreendidas como uma maneira de afirmação e conquista de respeito — tanto pelos adolescentes quanto pelos profissionais que atuam nesse espaço. Afinal, demonstrar fragilidade, em um ambiente como esse, muitas vezes é interpretado como sinal de fraqueza ou até mesmo de risco.

Nas unidades, as relações entre os adolescentes são fortemente marcadas por essa lógica masculina: quem é mais agressivo, quem exerce mais poder, quem demonstra menos emoção. O “ser homem” acaba sendo constantemente reafirmado e esperado por meio de diferentes formas, como aponta Judith Butler (2018), ao afirmar ser uma construção social performativamente produzida — ou seja, reiterada por práticas, discursos e normas institucionais.

Essa performatividade desloca o homem do lugar de poder considerado “natural”, evidenciando que tal dominação é socialmente construída, reiterada e mantida por meio de atitudes e costumes que, muitas vezes, passam despercebidos.

Ao longo de nossa experiência, observamos que atitudes como diminuir o posicionamento e discurso das mulheres; declarar que a unidade feminina é “problematizada” ou “difícil”; intimidação; esconder sentimentos como medo, tristeza ou afeto eram práticas frequentemente percebidas na rotina daquelas unidades.

Esses comportamentos sustentam a cultura da violência e comprometem o propósito educativo e humanizador das

medidas socioeducativas previstas pela legislação vigente. Em vez de promover aos adolescentes a compreensão e responsabilização pelos seus atos e respeito pelo outro indivíduo, o ambiente acaba reforçando os mesmos padrões de masculinidades ligados à punição.

Comportamentos de masculinidades também aparecem na própria estrutura da instituição — na maneira como os cargos e as tarefas são divididos e na desvalorização das mulheres que trabalham lá. A resistência e o desrespeito enfrentados por diversas profissionais, vindos de colegas homens e também de mulheres que internalizaram esses valores, evidenciam a persistência das hierarquias de gênero nos mais diversos ambientes e principalmente em espaços de privação.

Dessa forma, “as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.”

(BOURDIEU, 2012, p. 45). Quando o sistema reproduz esses valores, ele acaba mantendo os ciclos de exclusão e violência que deveria combater.

Ainda, conforme Macedo (2025), teoricamente os homens são sujeitos atravessados e constituídos por diferentes experiências, o que impossibilita qualquer movimento teórico de pretensões universalistas, totalizantes ou homogeneizadoras. No entanto, observa-se que, nesse ambiente, tudo parece reduzir-se a apenas duas variáveis.

Pensando em tudo o que vivenciamos ao longo desses anos — experiências observadas, sentidas e questionadas — percebe-

As instituições totais acabam reforçando os mesmos padrões de masculinidades ligadas à punição



mos que, nesse contexto, não há espaço para aquilo que ultrapassa os limites do que já está institucionalizado. Cada sujeito é convocado a desempenhar o papel que lhe é socialmente atribuído, buscando ocultar aspectos de si que destoem das expectativas normativas.

Assim, a experiência da Equipe Psicossocial de uma unidade feminina de adolescentes privadas de liberdade, é atingida pela binaridade das categorias de gênero. Nesse espaço institucional tem-se muito claro papéis definidos de ser “homem” e ser “mulher”, excluindo quaisquer outras possibilidades de expressão e existência de sujeitos que não se enquadram nesse padrão. Essa normatividade estrutura as relações interpessoais, impacta o trabalho e a vivência das mulheres e homens profissionais, adolescentes meninas e meninos que vivenciam suas identidades no âmbito socioeducativo. Isso nos leva a questionar até que ponto é possível promover práticas socioeducativas transformadoras em instituições que, inadvertidamente, reiteram os mesmos padrões de dominação e exclusão que deveriam combater?

Referências:

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); regulamenta a execução das medidas socioeducativas; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 15, p. 1–13, 19 jan. 2012.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Tradução de Maria Clara C. de Aguiar. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MACEDO, P. Performatividade viril: uma abordagem queer para os estudos de masculinidades. *Diversidade e Educação*, v. 12, n. 2, p. 838–862, 2025. DOI: 10.14295/de.v12i2.17379.



Christina Helena Siczak
assistente Social, Mestre em Comunicação (USP) e atua há quase 30 anos na defesa de direitos. Com trajetória em projetos sociais em São Paulo e, desde 2018, na socioeducação em Florianópolis.

Suela Maiara Bernardes
psicóloga (FURB), Especialista em Psicologia Hospitalar e da Saúde (Faculdades Pequeno Príncipe), Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (UFSC).





“Aqui pode” as performances de masculinidades nos estádios de futebol

No estádio, tudo pode. Eles funcionam como um território simbólico para a performance e reforço da masculinidade hegemônica. É nesse espaço, no país do futebol, que se moldam afetos, comportamentos e discursos sobre o que é – ou deveria – ser homem.

Em campo, o corpo do jogador é mais do que instrumento técnico, é símbolo de virilidade. A força, a “raça”, a velocidade e a resistência física são atributos exaltados como marcas do jogador – e homem – ideal. Despreza-se o que é diferente deste modelo. Como destaca Macêdo (2025), “a virilidade é uma performance que se constrói socialmente, muitas vezes em oposição à feminilidade e à homossexualidade.”

Nas arquibancadas, comportamentos impensáveis no dia a dia – na rua, no trabalho ou em casa – são permitidos e até celebrados. O campo é sagrado, mas a palavra é profana. Xingamentos, ameaças, humilhações, tudo isso parece fazer parte do “mundo do futebol”. O esporte, paixão nacional,

transforma arquibancadas em arenas de guerra simbólica. Expressões que fora do estádio seriam alvo de sanção ali ganham status de tradição. É neste espaço que se destaca a atuação das torcidas organizadas. Em seus cânticos e gritos de guerra, elas não apenas torcem, elas performam.

O que está realmente em jogo quando um homem “pode tudo” no estádio?

O futebol é um dos principais palcos da masculinidade hegemônica. Em campo, os jogadores não são apenas atletas: são símbolos vivos de força, “raça” e superação. Seus corpos são cobrados, moldados e celebrados como modelo do que se espera de um “homem de verdade”. Não são neutros, “os corpos participam na ação social ao delinearem os cursos da conduta social” (Connell & Messerschmidt, 2013). Neles se inscrevem discursos sobre virilidade.

Connell (1995) destaca que a masculinidade hegemônica se afirma pela dominação de outras masculinidades e da feminilidade, e o corpo atlético é seu emblema. A

musculatura, a resistência física e a agressividade são atributos que reforçam esse ideal, tornando o corpo um projeto identitário. Wacquant (1995), ao discutir o desejo masculino por músculos, revela como o corpo se torna um investimento simbólico: um projeto de afirmação da masculinidade em resposta às exigências sociais. No futebol brasileiro, isso se traduz em expressões como “jogar com raça”, “não tirar o pé”, “dar o sangue pelo time” ou “partir para cima”. Elas não descrevem apenas um desempenho esportivo, mas também representam uma masculinidade hegemônica, pautada pela bravura, sacrifício e agressividade.

A partir do provocativo “I Am a Bull”, de Beiras e Cantera (2014), é possível refletir sobre como os homens internalizam esses discursos. A violência é naturalizada como parte do “jogo de macho”. Seidler (2009) discute como o esporte legitima práticas agressivas como expressão de masculinidade. Celebra-se o contato físico como espetáculo e prova de coragem.

As torcidas organizadas utilizam a linguagem como mecanismo central para construir a identidade masculina. Entretanto, o vocabulário não é polido ou gentil. É bruto. É visceral. “Ei, juiz, vai tomar no c*!” já se tornou um clássico. Sequer é preciso ser frequentador assíduo dos gramados para conhecer esse refrão. Dos jogos da Série A às peladas de várzea, a expressão é lembrada em todos os campos brasileiros. É um xingamento democrático, une torcedores rivais em um só coro. O árbitro, neste contexto, é um inimigo comum. Xingá-lo é quase um direito fundamental da Constituição não escrita do torcedor.

A violência também é algo trivial nos gritos de guerra. “Uh, vai morrer! Uh, vai

morrer!” O estádio vira um campo de batalha e a linguagem se torna arma. Quando um torcedor diz “Vamos quebrar tudo!”, ele não está apenas ameaçando o adversário, está performando uma identidade que se afirma pela violência e pela dominação. Um homem sem fraqueza, que não recua ou não se cala. Essa masculinidade é, em grande parte, hegemônica. Rejeita o feminino, ridiculariza o sensível e marginaliza o diferente. O rival é associado à homossexualidade ou à feminilidade, afinal, ser “menos homem” é ser inferior. A virilidade é exaltada.

A violência, em verdade, perpassa o estádio. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) demonstrou que em dias de jogos de futebol aumentam significativamente os casos de violência contra mulheres, revelando que o campo simbólico da virilidade esportiva pode transbordar em práticas concretas de dominação e agressão.

Apesar de ser um espaço de intensa emoção, o futebol regula os afetos masculinos, que se tornam um território de vigilância (Milanski, Pfel & Albuquerque,

2025). Chorar após uma derrota ou abraçar um companheiro são gestos tolerados, desde que não desafiem os limites da virilidade. Você, leitor, deve recordar que até hoje o zagueiro Thiago Silva, mundialmente respeitado, é lembrado porque chorou em 2014 após a histórica derrota do Brasil na Copa do Mundo para a Alemanha, um dos momentos mais delicados, fragilizados de nossa história futebolística. Connell (1995) observa que a masculinidade dominante permite certas emoções, mas reprime a vulnerabilidade.

Nas arquibancadas algo parecido acontece. Os cantos, xingamentos e gritos de guerra funcionam como “dispositivos discursivos das masculinidades” (Mendonça

O futebol regula os afetos masculinos, que se tornam um território de vigilância



& Mendonça, 2021, p. 11) que ao mesmo tempo que propagam discursos de ódio, também operam como dispositivos pedagógicos para ensinar um “currículo de masculinidades” (Bandeira, 2010, p. 346) com maneiras permitidas e proibidas de ser homem. O estádio é, assim, uma escola de linguagem. “É necessário aprender quando gritar, quando calar, o que gritar, o que calar, o que e como sentir...” (Bandeira, 2010, p. 344). Os cânticos das torcidas organizadas são manuais de conduta, códigos de honra e instruções para a guerra.

No território simbólico do estádio de futebol as regras sociais cotidianas parecem suspensas. O jogador, tal como um gladiador, assume um personagem violento. Puxar, bater e ameaçar tornam-se gestos normais e legitimados pela expectativa viril que recai sobre o corpo masculino em campo. Não é à toa que o atleta que marca gols e define o placar é o “matador”. Apelidos como Hulk, Edmundo “Animal”, “Loco” Abreu e Cláudio “Pitbull” reforçam essa narrativa de masculinidade combativa. Eles funcionam como dispositivos simbólicos que moldam a imagem pública e legitimam comportamentos agressivos.

Isto ocorre também na plateia. Ao pisar no estádio, o torcedor se transforma. O pai, trabalhador, cidadão comum nas arquibancadas vira o combatente, o apaixonado, que grita, canta e xinga. É como se o estádio autorizasse tudo. Aqui pode!

Essa “licença para xingar” não é apenas tolerada, é esperada, exaltada. O torcedor que não participa do coro, que não se indigna com o árbitro, que não insulta o rival, corre o risco de ser visto como menos comprometido, menos homem, enfim, menos torcedor. A violência verbal é uma prova de pertencimento, um rito de passagem.

A naturalização deste estado de coisas é problemática. O que é considerado “normal” em um estádio é profundamente ofensivo. Campo e arquibancada viram palcos de discursos que, fora dali, seriam punidos por lei. E a questão que fica: até quando?

Chagoya (2020), ao analisar o ativismo de homens profeministas no México, mostra que discursos alternativos podem desafiar a masculinidade normativa. No futebol, ainda que raros, há jogadores que se posicionam contra o machismo, falam sobre saúde mental ou expressam afetos não convencionais. Esses gestos tensionam a

ordem de gênero e apontam para masculinidades dissidentes.

Essas práticas indicam que, mesmo em um campo tão normativo, há espaço para a reinvenção das masculinidades. O futebol também é capaz de reconstruir narrativas. Se o estádio é o espelho da sociedade, ele também pode ser o laboratório para a mudança. Novas formas de torcer e de ser homem. Vozes que não querem calar, mas querem cantar diferente. No estádio, a masculinidade está em jogo. Talvez seja a hora de mudar as regras. Como na poesia de Cecília Meirelles, “a vida só é possível reinventada”. É nesse fluxo que se desenham novas formas de ser homem, dentro e fora de campo.

Referências:

- Bandeira, G. A. (2010). Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. *Revista Brasileira de Educação*, 15(44), 342–351.
- Beiras, A. Cantera, L. M. (2015). I am a bull! The construction of masculinity in a group of men perpetrators of violence against women in Spain. *Universitas Psychologica*, 14(5), 1525–1538. [http:// dx.doi.org/10.11144/Javeriana.upsy14-5.bcmg](http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.upsy14-5.bcmg)
- Chagoya, Melissa Fernández. (2014). Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del “cambio” en los hombres. Rio de Janeiro. *Conexões Psi*, 2, p.31-56. Disponível em <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/324>
- Connel, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, 20(2). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/71725/40671>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* 21 (1), 241-282 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Instituto Avon. (2022). Futebol e violência contra a mulher. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/futebol-violencia-mulher.pdf>
- Macêdo, P. (2025). Performatividade viril: uma abordagem queer para os estudos de masculinidades. *Diversidade e Educação*, 12(n. 2), 838–862. <https://doi.org/10.14295/dev12i2.17379>
- Mendonça, C. M. C., & Mendonça, F. V. K. M. (2021). Ô bicharada, toma cuidado: o Bolsonaro vai matar viado! Cantos homofóbicos de torcidas de futebol como dispositivos discursivos das masculinidades. *Galáxia* (São Paulo, online), 46, 1–18.
- Pfeil, B. L., Milanski, B., & Pustilnick, N. (2024). Seria eu um Homem?: investigações decoloniais sobre os percalços das transmasculinidades nos feminismos. *Anômalas*, 4(1), 7-23. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74713>
- Seidler, V. J. (2009). La violencia: ¿el juego del hombre? In J. C. Ramírez Rodríguez & G. F. Uribe Vázquez (Coords.), *Masculinidades: El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres* (pp. 113-129). Plaza y Valdés.
- Wacquant, L. (1995). Why men desire muscles? *Body & Society*, 1(1), 163-179.



Gabriel Diego Medeiros
Psicólogo, Psicanalista e Professor. Especialista em psicoterapia psicanalítica. Trabalho com masculinidades e grupos reflexivos com homens.

Fernando Vieira Luiz Juiz de Direito (TJSC). Mestre e Doutor em Direito. Mestrando em Psicologia (UFSC).



João Matheus S. Garcia
Psicólogo clínico. Pesquiso violência em torcidas organizadas



¡Romper filas!

os labirintos do corpo e das masculinidades na ditadura civil militar uruguaia (1973–1985)

“O passado é um país estranho”, escreveu David Lowenthal. E talvez o seja porque não pertence a ninguém: escapa aos historiadores, atualiza-se no político e se remodela conforme os poderes que tentam apropriá-lo. Torná-lo menos estranho implica transformá-lo em um território habitável para todos, assumindo que o reescrevemos constantemente a partir do presente. Gostaria de propor duas imbricações. A primeira, — muito na linha do que provocam Marchesi & Markarian (2025) — a pergunta de que ferramentas a história pode nos oferecer no presente. Não tardarei em afirmar, e também explicitar, a necessidade de recorrer à operação historiográfica como resposta a tempos complexos e difíceis de interpretar. Em segundo lugar, em um contexto no qual a retórica neoliberal nos seduz com a despolitização de todas as esferas da vida, ao mesmo tempo em que busca economizar cada traço e gesto humano, proponho algo nada novo, mas, por isso mesmo, mais ur-

gente do que nunca: pensar certas zonas do passado em chave de masculinidades. Nesse sentido, a minha tentativa é de aprofundar as masculinidades como categoria de análise histórico-social.

Um labirinto é, antes de tudo, uma trama de caminhos que se cruzam, se bifurcam e se enredam. Pode ser intrincado, sim, mas sua forma sempre convida a múltiplos trajetos, impossíveis de reduzir a um único percurso. Pensar as masculinidades a partir da ideia de labirinto é justamente assumir essa complexidade: reconhecer que não existe uma única via, nem uma narrativa fechada, mas um conjunto de passagens que se sobrepõem, se contradizem e se reescrevem. A metáfora também ilumina o modo como a história da educação do corpo se desdobra: como em um labirinto, compreendê-la exige percorrer seus meandros, fazer pausas em seus desvios inesperados e tentar compreender cada entrada.

Realizar um estudo centrado em aspectos da masculinidade em contextos autori-

tários não constitui, de forma alguma, um caminho casual. A articulação entre essas duas dimensões se justifica pelo fato de que, como assinalaram diversos autores, as ditaduras do século XX —tanto na América Latina quanto em outras regiões do mundo— foram, ao menos, projetos sustentados em estruturas de poder patriarcais (Jiménez Aguilar, 2022; Sempol, 2013; Sempol, 2023). Nesse sentido, a análise do período de 1973–1985 em Uruguai, busca contribuir para uma caracterização do regime autoritário que aprofunde o componente militar dos grupos e atores que conduziram o processo, bem como seus efeitos na legitimação e reprodução de relações de gênero patriarcais, desiguais e heteronormativas.

Conforme os estudos pós-estruturalistas (Butler 2002, 2007; de Lauretis, 1994), as identidades de gênero se constroem em um tecido de relações de poder muito complexo; por isso, seu estudo a partir de uma perspectiva crítica se inscreve em um “projeto de des-essencialização” do gênero e do corpo. Ademais, um elemento muito relevante a explicitar é que os estudos das masculinidades não correspondem aos estudos dos homens, na medida em que não se trata somente de historicizar, teorizar e explicar a condição de indivíduos particulares, mas de elucidar a forma como a sociedade ocidental estabeleceu o masculino como sujeito universal e excluiu sistematicamente a outra metade da humanidade (Connell, 2005). O mandato da masculinidade, enquanto forma de expressão de gênero, está em constante disputa. Seu caráter performativo —que envolve um processo contínuo de criação, identificação e reafirmação— demanda do corpo que a encarna

uma atenção permanente (Macêdo, 2025).

A utilidade analítica da categoria “masculinidade hegemônica”; tem, contudo, algumas limitações. Trata-se de um conceito proposto por Connell na década de 1980, cujas críticas se relacionam com o caráter estático e redutivo do conceito, o que deixa de fora do esquema a incidência de categorias como classe ou etnia, bem como as particularidades históricas dos contextos. Assim, a masculinidade hegemônica se sustenta em atributos como força, disciplina, controle das emoções e recurso à violência, entre outros elementos que moldam seu ideal. Por sua vez, a formação militar compartilha, em grande medida, essa série de características, o que oferece um ponto de convergência entre ambas as questões e uma instância ótima para analisar formas de produção, reprodução, regulação e legitimação de certa masculinidade — e, conseqüentemente, feminilidade.

O período da ditadura no Uruguai privilegiou as características mais marcantes da Educação Física

Pensar a masculinidade para além da ideia de papel significa entendê-la como uma categoria social que permite analisar formas culturais, sociais e políticas. A masculinidade, nesse sentido, não é apenas

algo que os sujeitos “representam”, mas uma estrutura que organiza a sociedade, define hierarquias e produz comportamentos (Fabbri, 2016). Ela tem lógicas e padrões de funcionamento próprios, que se articulam com outras categorias (como classe, raça, sexualidade) e ajudam a explicar como se constroem e se legitimam determinadas relações sociais. Então, se considerarmos o programa cultural implementado pelo projeto político da ditadura uruguaia, verificamos que ele se empenhou de forma exaustiva em eliminar toda heterogeneidade e



dissidência, estabelecendo o modelo de família cisheteronormativa como única possibilidade legítima. Por outro lado, a Educação Física, cuja gênese no Uruguai remonta ao final do século XIX, foi construída a partir de uma matriz fortemente influenciada pelo discurso militar (em articulação com o discurso médico). Nessa matriz, o modelo de masculinidade aceito e exaltado é o do homem macho, provedor, vigoroso e forte, inscrito em binarismo heteronormativo. Diante do exposto, podemos afirmar que, o período ditatorial de 1973 a 1985, para a Educação Física, ao contrário de outros dispositivos pedagógicos, foi um tempo ótimo para o aprofundamento de suas características mais marcantes.

Mas, nesse cenário, proponho voltar a atenção para as possíveis curvas e mudanças de direção que o labirinto possa ter tomado. O que busco é compreender como se produzem as masculinidades discursos e práticas sociais em um tempo atravessado pela repressão, pela censura e pela violação sistemática dos direitos humanos. Nesse sentido, as masculinidades funcionam para mim como uma categoria analítica — e

não como um objeto em si — que permite observar como as relações de poder se produzem e se sustentam, tanto no plano estrutural quanto no individual. Interessame pensar como o poder patriarcal circula em contextos autoritários, desde as redes mais capilares da vida social até as macroestruturas políticas. No Uruguai, a ditadura atribuiu atenção central à cultura, criando um sistema simbólico capaz de sustentar valores e modos de vida coerentes com seu projeto de “reordenar” o país. A educação foi alvo direto desse processo, seja por meio de mudanças curriculares, da substituição de autoridades ou da implementação de técnicas voltadas a formar indivíduos adaptáveis ao regime. Nesse sentido, torna-se relevante analisar os aparelhos, discursos e práticas que a ditadura colocou em funcionamento para promover e legitimar a Educação Física, utilizada como instrumento de propaganda e de controle social em estádios, clubes e praças, com o objetivo de consolidar uma ordem social específica por meio dos corpos. Nessa lógica, a Educação Física também operou como um espaço de produção, regulação e reforço de determinadas

formas de masculinidade, enfatizando atributos como força, disciplina e vigor físico. Assim como contribuiu para moldar identidades masculinas normativas alinhadas aos ideais do projeto político-cultural do regime, ao mesmo tempo, é fundamental compreender as masculinidades em suas contradições, tensões e pluralidades. Ainda que o governo autoritário promovesse uma forma específica de masculinidade, do outro lado — o dos atores sociais e das práticas mais microfísicas do poder — as identidades assumem contornos mais complexos. Por isso, não é possível estabelecer linearidades absolutas entre o discurso oficial de masculinidade da ditadura e as múltiplas formas pelas quais os sujeitos constroem suas identidades. Diante disso, não seria relevante adotar uma perspectiva que permita acessar discursos não oficiais e práticas concretas de sujeitos concretos, ampliando a compreensão das zonas de oposição, resistência e ambiguidade que atravessaram aquele período?

Não surpreende, então, afirmar que uma educação física comprometida com seu tempo carrega consigo um vínculo irrenunciável com seu passado. Esse laço entre o campo de estudo e um tempo que às vezes se apresenta como distante pode se tensionar ao extremo. Este texto é uma pequena provocação: um ensaio de ideias feito para abrir caminhos, acender perguntas e inspirar novos olhares no âmbito da educação do corpo, a partir de uma perspectiva historicamente intrínseca a ela: o ato de educar o corpo na sociedade patriarcal. Além disso, o texto inscreve-se na perspectiva de pensamento sobre os autoritarismos, especificamente no campo da história recente e das ditaduras do Cone Sul. Por isso, em um tempo como o atual — no qual se torna cada vez mais complexo diferenciar passado, presente e futuro — a defesa do gesto histó-

rico implica uma crítica profunda às formas pelas quais nos relacionamos com outros tempos e construímos conclusões desde cada presente. A pergunta sobre a formação de professores e professoras de educação física durante a ditadura uruguaia nos leva a uma reflexão profunda sobre as condições sociais, políticas e culturais daqueles anos. Mas não só isso: ela também lança um olhar particular sobre a formação atual e, de forma inevitável, acaba desenhando um projeto formativo para o amanhã.

Referências:

Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Paidós.

Butler, J. (2007). *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Paidós.

Connell, RW. 2005. *Masculinities*. Cambridge, UK: Polity Press.

Fabbri, Luciano. (2016). *Colectivos de hombres y feminismos. Aportes, tensiones y desafíos desde (y para) la praxis*. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (22), 355-368. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.16.a>

Markarian, V., & Marchesi, A. (2025). *El tiempo no para: Historia, crisis y futuro para pensar los proyectos de izquierda*. Ediciones del Berretín.

Macêdo, P. (2025). *Performatividade viril: uma abordagem queer para os estudos de masculinidades*. *Diversidade E Educação*, 12(n. 2), 838-862. <https://doi.org/10.14295/dev.12i2.17379>



Lucía Álvarez é mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestranda em História Política pela Universidad de la República (Uruguay). Professora do Instituto Superior de Educação Física (ISEF/UEDELAR).

A mensagem que atravessa a tela

a construção das masculinidades durante as juventudes, relações de gênero e medidas socioeducativas

Quase meia-noite, a sala do grupo da escola no Discord explode em notificações. Lucas é um jovem de 14 anos, tímido, fã de animes e conhecido por seu perfil “nerd”. Rejeitado pela garota de quem gosta, mergulha em fóruns online onde en-

contra acolhimento em discursos de ressentimento masculino. “Ela escolheu o outro porque mulheres são interesseiras” – um escreve. “Ele deve ser macho alfa e você todo sensível se declarando!” – outro responde. Lucas encontra explicação para sua rejeição. Na sala do grupo da escola no Discord, ameaça estuprá-la. No calor da frustração, da sua primeira experiência afetiva, ele escreve: “Vou fazer que nem o Griffith”. Os colegas sabem ao que ele se refere, é um anime conhecido do grupo. Em *Berserk*, Griffith violenta Casca e seu namorado é obrigado a assistir. Ele imagina-se como o tal ser Alfa. Uma amiga tenta acalmá-lo, diz para parar com “brincadeira”; outro jovem registra o papo em uma captura de tela e aciona o diretor da escola; um boletim de ocorrência é realizado; medidas socioeducativas passam a ser discutidas. A “brincadeira” é interpretada como ato análogo à ameaça de estupro e discurso de ódio. Ele irá cumprir medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Essa historietta, ficcional, com fragmentos de casos reais, sintetiza dilemas típicos da juventude: a dor da rejeição, a busca por pertencimento. Revela

como a socialização de gênero e a construção das masculinidades se entrelaçam com contextos de vulnerabilidade, desigualdade e violências. Traz para a cena também o sistema socioeducativo e as estratégias sociais atuais para a “responsabilização” diante de atos infracionais de violência motivada por gênero desempenhados por jovens dos mais diversos perfis sociais, culturais ou econômicos.



Raewyn Connell (1997) propõe compreender a(s) masculinidade(s) não como essência ou traços naturais, mas como configurações sociais de gênero, marcadas por relações de poder e hierarquias entre diferentes modos de ser homem. A chamada masculinidade hegemônica, conceito repensado por Connell e Messerschmidt (2013), descreve um padrão idealizado que é heterossexual, dominador e emocionalmente contido. Este padrão ordena e dá sentido às práticas masculinas, sendo um ideal cultural que legitima a dominação masculina e a subordinação de mulheres e de outras masculinidades. Essa hegemonia não é fixa, mas relacional e histórica.

Para muitos meninos, especialmente na adolescência, a rejeição sentimental é interpretada como uma ofensiva à honra: ser “rejeitado” não é apenas dor, é risco de perder posição social. Nessa lógica, reagir com humilhação ou violência torna-se uma forma de reabilitar tal posição (Beiras & Cantera, 2012; Seidler, 2009). Comunidades on-line, fóruns e subculturas (Vilaça & D’Andréa, 2021) atuam como laboratórios de afetos e normas: aprende-se códigos, fórmulas de validação e reforço da lógica da violência. Quando Lucas busca nos fóruns masculinistas (Vilaça & D’Andréa, 2021) uma forma de lidar com a frustração, sem, contudo, identificar e nomear o que está vivenciando, e encontra a violência como alternativa, ele reproduz essas normas, tentando recuperar um senso de poder perdido. Lucas encontra nos fóruns masculinistas uma explicação para a rejeição, espaço de acolhimento, alívio emocional e uma forma de retomar um suposto poder.

Seidler (2009) aponta que o aprendizado da masculinidade envolve, desde cedo, uma

pedagogia emocional que reprime a vulnerabilidade. Homens são educados a evitar o medo, a dor e a ternura. O patriarcado (sistema social e cultural em que os homens detêm a maior parte do poder e a autoridade) garante privilégios, mas também os aprisiona: as expectativas sobre dominação removem possibilidades de vínculo e aumentam o risco de repetição de padrões agressivos (Figueroa-Perea, 2016). Lucas, neste contexto, não considera a possibilidade de ver-se vulnerável diante do afeto por outra pessoa que o rejeitou e, tão pouco, encontra nas suas relações familiares e fraternas espaço de validação da emoção e acolhimento. Recorre, então, à fantasia

de dominação da menina pela qual nutre sentimentos e manifestação de poder diante do “concorrente”. Experimenta na fantasia e por trás das telas o “ideal” da masculinidade.

A juventude é um tempo de experimentação e de grande vulnerabilidade

(França & Borges, 2023). No mesmo momento em que adolescentes são extremamente conectados, também carecem de repertórios para lidar com frustração, vergonha ou desejo não correspondido. Se o espaço familiar ou escolar não oferece escuta e mediação, os espaços da “machosfera” das redes transformam-se em palco para reafirmações agressivas (Vilaça & D’Andréa, 2021). Seidler (2009) analisa como certas expressões de violência aparecem como “jogo”, ritualizadas e aceitas por grupos masculinos como forma de pertencimento. O problema é que esse “jogo” pode causar danos reais, que, inclusive, ultrapassam as telas: relações rompidas, violações de direitos, silêncios e consequências legais.

Quando um adolescente entra em conflito com a lei, cometendo um ato infracional, o que

A juventude é um tempo de vulnerabilidades e experimentação, ao mesmo tempo em que os adolescentes estão extremamente conectados

está em jogo vai muito além de uma simples quebra de regras. Pesquisas mostram que o ato infracional é resultado de fatores sociais, simbólicos e subjetivos e não de escolhas individuais ou um desvio moral ou jurídico (Bonatto & Fonseca, 2020). Por trás da ameaça de estupro e discurso de ódio, caracterizados como violência motivada por gênero, cometido pelo nosso personagem Lucas, está o processo de construção da sua masculinidade, permeada por relações familiares e fraternais que perpetuam normas de gênero, cultura patriarcal e expectativas sociais sobre o que é ser homem (Beiras et al., 2021), tecnologias de gênero e espaços de homossexualização que reforçam práticas violentas (Beiras & Cantera, 2012; Viçã & D'Andréa, 2021).

Diante desse contexto, qual ação do Estado perante o ato infracional cometido por Lucas? A resposta do Estado deve ser educativa e restaurativa, promovendo a responsabilização sem cair na armadilha da punição. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) reforça essa ideia ao propor medidas pedagógicas e baseadas em direitos (Costa et al., 2025). Na prática, porém, o caminho ainda é longo: muitas ações seguem centradas em castigos e contenção. Uma das seis medidas socioeducativas possível é a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que consiste na realização de atividades de interesse coletivo, sob acompanhamento de um orientador. Essa medida deve servir como uma oportunidade de aprendizado, vínculo e reflexão.

A PSC só cumpre seu papel pedagógico quando proporciona experiências participativas, dialogadas e enraizadas no território, rompendo, assim, com a lógica punitiva que ainda marca o atendimento socioeducativo no Brasil (Medeiros & De Paiva, 2021). Diante de um ato infracional que envolve violência motivada por gênero, há exigência de uma leitura crítica e contextualizada da realidade social. Assim, exige que os profissionais que acom-

panham a execução da medida socioeducativa vejam além do comportamento do adolescente: há que se identificar os contextos emocionais, as redes simbólicas e as lacunas de socialização afetiva. Connell (2014) argumenta que a justiça social precisa incorporar a dimensão de gênero, isto é, políticas que não só sancionem, mas eduquem para o reconhecimento, o respeito e a responsabilidade afetiva.

Estratégias socioeducativas sensíveis ao gênero se fazem necessárias e urgentes. À medida que se avança em cenário nacional para trabalhar com homens autores de violência e que se dialoga a respeito da necessidade de intervenções que favoreçam a construção de novas formas de ser homem, mais éticas e não violentas (Beiras & Cantera, 2012), a permanência da lógica da PSC, sem garantia de espaços reflexivos que privilegiem a responsabilização como processo ético, psicológico e social, não apenas jurídico ou punitivo, não faz sentido. Especialmente quando consideramos a adolescência como uma fase peculiar do desenvolvimento humano. Caso nosso per-



sonagem cumpra a medida de PSC, sem a exposição a espaços reflexivos, Lucas provavelmente não estará em uma próxima ocorrência de frustração amorosa munido de repertório para lidar com tais sentimentos.

A violência motivada por gênero entre jovens nem sempre aparece como ação física extrema. Frequentemente se manifesta como humilhação, exposição ou controle: atos que corroem a dignidade e instauram relações de medo. A saída não é apenas jurídica, exige pedagogia. As medidas socioeducativas podem se transformar em instrumentos de prevenção quando incorporam o entendimento de masculinidades como construções sociais que podem se recompor. O objetivo não deve ser apenas “corrigir” um comportamento, mas formar sujeitos capazes de reconhecer seus afetos, limites e responsabilidade sobre o dano causado. A juventude precisa de narrativas alternativas: meninos que não se identifiquem apenas pela dominação; meninas que possam recusar sem medo; adultos que reconheçam fragilidades e atuem como redes de reconhecimento. Só então as medidas socioeducativas cumprirão sua função: abrir caminhos para a justiça, o cuidado e a igualdade.

Referências:

- Beiras, A., & Cantera, L. M. (2012). Narrativas Personales, Construcción de Masculinidades—Aportaciones para la Atención Psicosocial a Hombres Autores de Violencia. [Personal narratives, construction of masculinities—Contributions to psychosocial care to men perpetrators of violence.]. *Psico*, 43(2), 251–259.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., & Hugill, M. de S. G. (2021). Apontamentos teóricos sobre a prática com homens autores de violência. In *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações* (pp. 21–46). CEJUR.
- Bonatto, V.P., & Fonseca, D.C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação Em Revista*, 36, 1–17. <https://doi.org/10.1590/0102-4698228986>
- Connel, R. (2014). Questões de gênero e justiça social. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, 4(2). <https://doi.org/10.5902/2236672517033>
- Connel, R. W. (1997). La organización social de la masculinidad. In T. Valdes & J. Olavarria (Eds.), *Masculinidad/es: poder y crisis* (pp. 31–48). ISIS-FLACSO: www.cholonautas.edu.pe/BibliotecaVirtualdeCienciasSociales
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241–282.
- Costa, L. L. A., Diniz, F. C. D. O. R., Torres, A. R. R., Dias, A. C. G., & Rocha, C. S. da. (2025). Conflito com a lei e sexismo: percepções de adolescentes de Sergipe (Brasil). *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 20(2), 1–21. <https://doi.org/10.11600/ricsnj.20.2.4720>
- Figueroa-Perea, J.-G. (2016). Algunas reflexiones para dialogar sobre el patriarcado desde el estudio y el trabajo con varones y masculinidades. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 22, 221–248. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.10.a>
- França, T. H. G., & Borges, R. F. (2023). Fatores Preditores da Incidência de Conflitos com a Lei na Adolescência: algumas reflexões. *REVISTA FOCO*, 16(6), e2226. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n6-055>
- Medeiros, A. X., & De Paiva, F. S. (2021). A contradição entre proteção e violência na trajetória de adolescentes em medida socioeducativa. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 12(1supl), 18. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v-12n1supl18>
- Seidler, V. (2009). La violencia: ¿el juego del hombre? In *Masculinidades. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres* (pp. 113–129).
- Vilaça, G., & D'Andréa, C. (2021). Da manosphere à machosfera. *Revista ECO-Pós*, 24(2), 410–440. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i2.27703>



Talissa Palma Müller
Psicóloga e Doutoranda em Psicologia pela UFPR. Servidora pública, técnica do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José/SC.



A cultura da força *masculinidade hegemônica e o ambiente hostil para a participação política feminina*

Domingo, 15 de setembro de 2024: a TV Cultura exibe, ao vivo, o debate envolvendo, entre outros candidatos à Prefeitura de São Paulo, José Luiz Datena (PSDB), e Pablo Marçal (PRTB). O debate foi repercutido nacionalmente após Datena agredir Marçal com uma cadeirada histórica, fazendo com que a emissora interrompesse o programa para acalmar e contornar os ânimos dos envolvidos. O que esse episódio, em questão, nos diz sobre os valores que reverberam no mundo político?

Conforme dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2024, de um total de 5.487 prefeitos e prefeitas eleitas, apenas 728 declararam-se do sexo feminino, um pouco mais de 13% dos representantes do executivo municipal na legislatura 2025–2028. Isto é, embora o eleitorado feminino no Brasil corresponda a 52,47%, a sub-representação feminina na política sinaliza que a política ainda hoje é um ambiente hostil para as mulheres.

O problema não consiste somente na falta de representatividade feminina nas esferas de comando, mas em como a cultura política, construída e alicerçada sobre os ideais de masculinidade hegemônica, atuam para manter os homens no topo da estrutura de poder.

As mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil no ano de 1932 com o Código Eleitoral Brasileiro. No entanto, o voto ainda era facultativo, assim como dos analfabetos. O voto para as mulheres tornou-se obrigatório somente no ano de 1965, quando se equiparou ao dos homens. E ainda assim, sessenta anos depois, as mulheres continuam sub-representadas nas esferas de poder.

Sob a perspectiva dos candidatos, tanto quanto dos eleitores, a política pode ser vislumbrada como uma arena de disputa, analogicamente como um esporte de contato, onde características como “força”, “agressividade” e a “capacidade de dominar os adversários” são

regras implícitas e valorizadas por serem consideradas ‘essencialmente’ masculinas.

Episódios no cenário político nacional evidenciam a permissividade e até a complacência para determinados comportamentos. Os ataques verbais, símbolos da baixa qualidade das propostas ano após ano, no ano de 2024 ganharam destaque pelo uso constante de xingamentos, ataques pessoais e retóricas de guerras contra adversários (políticos, jornalistas, ativistas) e instituições. Tais comportamentos reforçam a imagem do candidato como alguém que “não leva desaforo para casa” e que é implacável na defesa de seus valores, características vistas como inerentes ao “homem de verdade”. E não podemos deixar de mencionar as “fakenudes” envolvendo pelo menos cinco mulheres nas eleições de 2024, tecnologia utilizada deliberadamente a fim de ridicularizar a imagem e vulnerabilizar as candidatas mulheres na disputa “igualitária” da corrida eleitoral.

A prática de determinados comportamentos não se dá de forma aleatória, mas como uma manifestação da masculinidade hegemônica (Connell, 2013), que se caracteriza como um padrão de práticas que permite a contínua dominação dos homens sobre as mulheres e até mesmo sobre outros homens. Essa forma de masculinidade é exaltada culturalmente e associada à autoridade e ao poder.

Não estamos falando apenas da força de um grupo, mas sim uma estrutura de poder complexa que molda as instituições políticas, criando barreiras explícitas e sutis para as mulheres. A masculinidade hegemônica (Connell, 2013), que se refere ao padrão idealizado de “ser homem” (geralmente branco, heterossexual, cisgênero, forte, provedor e dominante), continua influenciando profundamente o cenário político brasileiro, criando barreiras que des-

estimulam a presença e a ascensão de mulheres.

Nas campanhas políticas, observa-se a construção de um ideal de candidato alinhado a características masculinas tradicionalmente valorizadas (força, virilidade, destemor), elevando-o a um status quase heroico na resolução dos problemas sociais. Com isso, reforça-se a ideia de que áreas como segurança, economia e infraestrutura são de domínio ‘essencialmente’ masculino.

Paralelamente, as mulheres são desqualificadas por meio de estereótipos caindo na dupla armadilha do gênero. Seja pela insinuação de que lhes falta a firmeza exigida, o que mina sua autoridade, ou pelo estereótipo da masculinização (pois para evitar o rótulo de frágil, muitas mulheres adotam traços comportamentais tipicamente masculinos, como de vestuário e de comunicação), o que lhes rende os rótulos de “durona”, “autoritária”, “desequilibrada”, etc.

Há que se destacar, ainda, que a prevalência da figura masculina no comando dos partidos políticos impacta na distribuição de recursos de campanha. Muitas vezes, as mulheres são incluídas nas listas apenas para cumprir a cota legal de 30% (as chamadas “candidaturas-laranja”), recebendo menos verba de campanha, menos tempo de TV e rádio, e menos apoio institucional real para concorrer. A falta de acesso a esses recursos financeiros e de estrutura é um obstáculo direto imposto por uma lógica partidária majoritariamente masculina.

Somado a isso, a violência política contra as mulheres é um fenômeno estrutural que busca impedir ou dificultar a participação feminina em espaços de poder e decisão. A estereotipação de que o espaço político é um ambiente masculino não é novidade. Contudo, pesquisas indicam que essa violência política contra as mulheres aumentou entre os períodos eleitorais recentes

A masculinidade hegemônica é exaltada culturalmente e associada à autoridade e ao poder

(2020–2024), mesmo com a Lei nº 14.192/2021, que alterou o Código Eleitoral, criminalizando a violência política de gênero no Brasil.

Pode-se relacionar o aumento da violência pela tipificação do crime, agora presente no Código Eleitoral, e ao aumento das denúncias. Contudo, é fato também que a disseminação do discurso de extrema-direita, há alguns anos, representa um desafio significativo para a ampliação da representação feminina. A tática de utilizar ataques virtuais e discursos de ódio baseados em gênero não só desacredita as candidatas, mas também cria um ambiente de hostilidade que leva à autocensura e ao afastamento de mulheres da arena política.

Podemos citar, a título de exemplo, a situação envolvendo a então candidata Simone Tebet (MDB) na campanha de 2022. Simone foi alvo de uma agressão misógina de um coronel do Exército nas redes sociais, que reagiu ao slogan “mulher vota em mulher” com o trocadilho sexista: “vaca vota em vaca”. Outro exemplo a ser lembrado é o primeiro debate presidencial do mesmo ano, quando então o presidente Jair Bolsonaro (PL) atacou a jornalista Vera Magalhães, então mediadora, dizendo que ela era “uma vergonha para o jornalismo brasileiro” e sugerindo que ela tinha “paixão” por ele, desqualificando-a pessoalmente e não profissionalmente.

O tipo mais comum de violência política é a psicológica e/ou simbólica, que desqualifica a candidata pelo seu sexo. Essa violência manifesta-se na difamação, injúria e na desqualificação constante da mulher por motivos não relacionados às suas propostas, mas sim ao seu gênero ou vida pessoal. O contraste hierárquico é mais evidente na esfera da moralidade sexual: mulheres são alvos certos na divulgação de fakenudes – como ocorreu com a candidata à prefeitura de São Paulo, Tabata Amaral (PSB), nas últimas eleições – pois a sociedade as valoriza pela discricção, benevolência e sensibilidade, e, ao ter sua intimida-

de violada, são imediatamente colocadas em ‘xeque’ e desautorizadas para o cargo público. Em nítido contraste, quando homens têm suas imagens íntimas ‘vazadas’, a masculinidade hegemônica permite que eles utilizem a oportunidade para vangloriar-se de atributos ‘valorizados’ (como virilidade ou poder), reforçando assim o domínio masculino no campo político e a marginalização feminina

Em última instância, a disseminação desse discurso atua como um mecanismo de exclusão, consolidando a sub-representação feminina nos cargos eletivos. Essa violência cria um ambiente hostil que desestimula a entrada e a permanência de mulheres na política. Conforme pontua Connell (2014) em sua análise sobre as ‘Questões de Gênero e Justiça Social’, a luta por equidade exige o aprofundamento da ‘compreensão do poder e da violência’ como componentes estruturais do sistema de gênero. A violência política contra mulheres candidatas, especialmente aquelas que desafiam o status quo conservador, é uma expressão direta deste mecanismo de poder que busca manter as hierarquias de gênero na política sustentada a partir dos conceitos de masculinidade hegemônica.

Referências:

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 11-34, 2014.



Katiucy Besen Pedroso Pacheco *analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, mestre em Gestão de Políticas Públicas, e aluna especial do programa de Doutorado em Ciências Humanas da UFSC.*

YouTube machosférico como tecnologia de gênero



Não era possível imaginar os milhares de desdobramentos possíveis para uma única plataforma quando, em 2005, Jawed Karim posta o primeiro vídeo no recém nascido YouTube. Desde então tivemos o surgimento de conteúdos inofensivos como Baby Shark, Gangnam Style, Susan Boyle cantando I Dreamed a Dream; e tivemos, por outro lado, conteúdos nada inofensivos, como o Andrew Tate e suas crias da machosfera.

Tate já fazia suas voltas e famas por outros cantos antes de ser uma celebridade na internet e ser mencionado na série “Adolescência”, original da Netflix de 2025 que apresentou ao mundo desacostumado com o linguajar interneteiro às comunidades incel: lutava kickboxing e participava da 17ª versão britânica do reality show Big Brother, quando foi expulso pelo aparecimento de um vídeo em que ele atacava uma mulher. O estadunidense ganhou também visibilidade através de sua plataforma The Real World, onde vende cursos pela simples bagatela de U\$99 (R\$530,74), prometendo domínio nas categorias de aquisição de clientes, criação de conteúdo e I.A., comércio online, domínio de negócios, saúde, automa-

ção de sistemas por I.A., copywriting, finanças descentralizadas (sistemas baseados em blockchain), e por fim, domínio de mindset.

Além das promessas com esses cursos, Andrew Tate participa com frequência de podcasts voltados para o público masculino anglófono. Essa forma de conteúdo digital, os podcasts, surgiram lá por 2004 e costumavam ser conversas, histórias ou grandes monólogos dos mais diversos temas, gravadas em formato mp3, disponibilizadas em blogs e outros websites. Mais tarde os podcasts passaram a ser encontrados também nas plataformas de streaming; e não demorou muito tempo para que fossem popularizados os mesacasts, modalidade de podcast que recebe esse nome pois os participantes são gravados em suas conversas também por vídeo, geralmente sentados ao redor de uma mesa, permitindo ao espectador dar um rosto à voz em seus fones de ouvido ou caixinhas de som.

Levando em consideração a mudança do podcast apenas em áudio para o formato de vídeo, gostaria de pensar nesse nicho da manosphere (machosfera, no português brasileiro, como explicado por Vilaça e D’Andréa (2021); que se organiza em torno “do movimento de di-

reitos dos homens” e dos anti-feminismos) no YouTube da mesma forma que Teresa De Lauretis pensou no cinema, como uma tecnologia de gênero. A autora, que vê o gênero a partir da ótica foucaultiana de sexualidade como tecnologia sexual, vê-o funcionando como produto de diferentes tecnologias sociais, e também discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas e práticas da vida cotidiana (De Lauretis, 1994, pg. 208). Embora cinema e podcasts não sejam produções de categoria equiparáveis (uma possui uma veia artística enquanto outra, embora nem sempre de qualidade, possui um viés “jornalístico”), ambas utilizam as mesmas ferramentas do audiovisual: câmeras, edição, enquadramento, mixagem de som, cenografia, iluminação. É sobre essas técnicas que De Lauretis menciona que as feministas descreviam como ferramentas para a sexualização de estrelas de cinema, com códigos específicos como maneira de olhar para construir a mulher como imagem (De Lauretis, 1994, p. 221).

Os podcasts à lá Andrew Tate seguem um setting comum: gravados em estúdios com decoração que não convêm senso estético ou que desperte algum tipo de individualidade que represente quem comanda o programa. Existe uma variante para o público alvo, embora eles se misturem com frequência, uma vez que um já está familiarizado com o outro. Os primeiros parecem se voltar para um público mais jovem, definindo sua marca ao redor do que consideram dicas para relacionamentos, como conquistar mulheres e como se portar de forma para que tal aconteça. É o caso do The Whatever Podcast e do Fresh&Fit, onde mulheres são escolhidas para participar a partir de critérios que utilizam sua aparência para servir ao ponto que eles têm de oferecer sobre uma suposta futilidade feminina ao espectador ou um desequilíbrio do que chamam de esquer-

Manipular o desejo do ouvinte é também uma ferramenta de gênero.

da feminista; quando discordam do que é dito a eles, são expulsas, como é o exemplo que a youtuber münecat trouxe em seu vídeo “I Debunked the Entire Manosphere”. Manipular o desejo do ouvinte é também uma dessas ferramentas de gênero, e uma das técnicas é através de anúncios, como no Full Send Podcast, em que o host, após a chamada de abertura do programa com cortes de Donald Trump, faz propaganda para o site de apostas Prizepicks.

Outra categoria de podcast da machosfera que trago são os focados para um público um pouco mais velho, que não molda sua presença online da mesma forma: estes trocam os moletons, regatas e luzes neon por ternos e barbas aparadas, apoiando-se totalmente na estereotipia da extrema-direita estadunidense

que toma forma nos republicanos, como é o caso do PBD Podcast, The Dr. Jordan B. Peterson Podcast, The Tucker Carlson Show e The Joe Rogan Experience Podcast. Tais podcasts são muito mais super produzidos, e emulam a mesma estética, forma de edição e cortes de programas de emissoras reacionárias como a Fox News. Todos, entretanto, vendem uma imagem: produção de imagem de qualidade, equipamento de som completo, microfones, headsets.

Como mencionado anteriormente, nenhuma dessas técnicas colabora para que o ouvinte construa uma forma de individualidade; e sim para que atinja um certo padrão de masculinidade hegemônica, à luz de Connell e Messerschmidt (2013, p. 244). Esta, em contraposição das masculinidades subordinadas, “não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ide-

ologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”.

Esses discursos institucionais da pílula vermelha, saída da Matrix, machos alfa, que atribuem valor humano ao poder monetário, controlam o campo do significado social e produzem, promovem e implantam tais representações de gênero (De Lauretis, 1994, pg. 228). A forma como essas informações, esses discursos chegam ao público, interessa neste debate também, pensando, assim como De Lauretis (1994, pg. 222), “não apenas o modo pelo qual a representação de gênero é construída pela tecnologia específica, mas também como ela é subjetivamente absorvida por cada pessoa a que se dirige”. Ou seja, jovens com acesso limitado na internet hoje em dia podem se subjetivar a partir do conteúdo que assistem, e isso facilita a formação de comunidades com subjetivações semelhantes; De Lauretis (1994, pg. 211) pensa o gênero não como representante de um indivíduo e sim uma relação social; um indivíduo por meio de uma classe. Assim, uma plateia que se relaciona entre si.

Por fim, pensando em saídas para esse fenômeno, existem possibilidades outras para construções diferentes de gênero, à margem de discursos hegemônicos; propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas; contribuindo para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistências, na subjetividade e na auto-representação (De Lauretis, 1994, p. 228). Um bom exemplo dessa construção de gênero à margem de tais discursos é a busca por produtores de conteúdo que utilizam do humor para deslegitimar os discursos da machosfera de Tate e companhia. É o exemplo de Drew Gooden, Danny Gonzalez, Kurtis Conner, Chad Chad. Esta última, por sinal, utiliza de uma boa subversão de um dos termos do linguajar machosférico. Chad, para os pílulas-vermelhas, e utilizando um dos melhores vídeos sobre o assunto presente na internet,

da querida Nathalie Wynn, com uma boa dose de ironia, seria “um alfa malhado, cujas mãos estão sempre prontas para pegar as bucetas férteis mais próximas; nunca ouviu uma música na vida; possui uma testa curva com uma fronte proeminente, queixo pra frente, mandíbula definida, osso occipital achatado”. Mas a Chad Chad tem cabelo colorido, usa maquiagens bonitas e não acredita em nenhuma dessas baboseiras eugenistas. E melhor do que isso, tira sarro; e gosto de pensar de risada como ferramenta.

Referências:

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21(1), n. 424, p. 241-288, janeiro-abril/2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em: 04 de novembro de 2025.

münecat. I Debunked the Entire Manosphere. YouTube, 29 de junho de 2022. 01:52:21s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BgO25FTwfRI&t=1436s>>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

LAURETIS, T. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

WYNN, N. Incels | ContraPoints. YouTube, 17 de agosto de 2018. 35min04s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fD2briZ-6fB0&t=351s>>. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

VILAÇA, G.; D'ANDRÉA, C. Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 410-440, 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27703. Disponível em: https://revis-taecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703. Acesso em: 4 novembro 2025.



Maria Karolyna Rodrigues Silvano é mestranda no Programa de Pós Graduação em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista CNPq. . Atualmente pesquisa o hiv em contexto LGBT+.

Scroll, like, share: uma piada com um sapo e outras formas de violência em formato JPG



Acredito que boa parte dos/as leitores/as já tenha ouvido falar do Pepe, ou melhor, de como a internet o batizou, Pepe the Frog. Para aqueles/as que acreditam nunca ter ouvido esse nome, é bem provável que já o tenham visto: o sapinho verde de expressão melancólica, ora sorrindo, ora chorando, sempre pronto para virar meme. À primeira vista, ele parece inofensivo. Mas o desconforto que provoca hoje tem motivos. Pepe the Frog é provavelmente o meme

mais famoso da web, mas sua história não começa aí.

Criado em 2005 pelo artista Matt Furie, Pepe nasceu nas páginas da HQ Boys Club. Anos



depois, ganhou vida própria nas redes e virou um dos memes mais famosos do mundo. O documentário *Feels Good Man* (2019) mostra como o personagem escapou das mãos de seu criador e foi capturado por grupos da extrema-direita e conseqüentemente da chamada machosfera.

No início de sua aparição no 4chan, Pepe foi relacionado a discussões – em sua maioria, masculinas de estilo de vida e hábitos fitness. A frase “Feels good, man”, acompanhava as publicações de diversos homens nesse ambiente virtual. Para quem não conhece as linguagens e as plataformas da web, 4chan trata-se de um fórum on-line que mistura humor e anonimato com uma dose de caos. Lá, os usuários publicam imagens e textos sem identificação, o que possibilita que muitas ideias ganhem força.

Foi nesse ambiente que o personagem Pepe, o sapo, caiu nas graças da internet. De um simples “sapinho risonho”, transformou-se em um ícone global.

No entanto, quando passou a ser utilizado desenfreadamente pelo 4chan, seu o tom mudou, Pepe deixou de ser apenas uma figura inofensiva e foi capturado por grupos da extrema-direita e da chamada “machosfera”. O sapinho passou de ser apenas uma figura engraçada e começou a representar algo muito maior: a junção entre humor, masculinidades e política do ódio.

É importante falarmos sobre os memes. Não podemos acreditar na ideia de que eles são apenas

imagens passageiras no feed: na verdade, podemos considerar os memes como fragmentos do imaginário social, assim como formas ou pequenas narrativas que unem afetos, crenças e as tensões do nosso tempo. A professora de comunicação Limor Shifman (2014), nos ajuda a entender como os memes funcionam: uma combinação de humor e crítica em uma linguagem amadora e cotidiana. Talvez seja justamente esses fatores que colaboram para que os memes conquistem com facilidade os/as usuários/as da web. É nesse tom leve e aparentemente descontraído que se escondem os mais diversos discursos. É por meio de um meme que se instauram formas de poder: quem pode rir, e de quem.

De piadas sobre “loira burra” ao símbolo de Pepe the Frog, quem tem direito ao riso? O que há por trás dessas risadas? Quem são os homens que transformaram um sapo ilustrado em bandeira política?



Se pensarmos que a figura de Pepe ganhou força em uma plataforma digital onde pessoas — em sua maioria, homens — se escondiam no anonimato para rir e desabafar, chegamos a uma conclusão incômoda, talvez o que se busque ali seja uma forma de gerar identidade e de conquistar poder simbólico.

A constituição da identidade é uma jornada marcada por afetos, infelizmente, a violência ocupa um lugar central nesse caminho (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024). Homens ligados a grupos masculinistas e à extrema-direita recorrem aos memes porque, como é atribuído ao dito popular, “rir é melhor do que chorar”. Talvez, nesses espaços, o humor funcione como uma armadura: protege-os da própria vulnerabilidade e das brechas de uma masculinidade “frágil”. O riso, então, torna-se instrumento de afirmação. O meme deixa de ser apenas uma piada para se transformar em uma performance de masculinidade, uma tentativa de retomar o controle. Afinal, quem pode rir, e de quem se pode rir, é também uma questão de poder.

É em espaços digitais como o 4chan, o Reddit e também nas redes sociais, Facebook, Telegram, Instagram e X (antigo Twitter), que essas masculinidades encontram um lugar de pertencimento, movidas por uma busca incessante por poder e reconhecimento. São homens que se veem uns nos outros em meio ao deslocamento da identidade masculina, muitas vezes alimentando o ressentimento (Cottee, 2020) e reafirmando laços nas frustrações

compartilhadas — quase sempre por meio do humor.

Mas é importante lembrar que dentro desses espaços, ou melhor, dentro da machosfera, há hierarquias e disputas internas (Vilaça; d'Andréa, 2021). Nem todos os homens têm o mesmo status. Alguns, considerados representantes de uma masculinidade “superior”, usam do humor para zombar daqueles vistos como “inferiores”.

O humor, ali, é mais do que uma piada: é um golpes de defesa e ataque. Dentro desses grupos, zombar é sinônimo de poder. O meme é a ferramenta, e o humor, a linguagem. É por meio dele que se reforçam hierarquias e se desenham os “inimigos”: mulheres, (principalmente as feministas), minorias e qualquer um que ameace a velha ideia de homem que manda e controla. Assim como em uma guerra, o meme se torna uma trincheira, e o humor, uma arma.

É utilizando do humor como uma munição que as diversas formas de piada são aceitas. Talvez na atualidade, a piada seja uma forma simples e eficaz da violência simbólica. “É só uma piada”, eles dizem, mas não é só isso que vemos. Os memes, para homens que fazem parte da machosfera funcionam como “ferramenta de discurso vinculado à misoginia e à intolerância” (Regagnan; Skell, 2025). O humor acaba por naturalizar a violência, e por isso se tornou tão eficaz na proliferação do ódio.

Dentro da machosfera digital, os memes reforçam a circulação de ideias e ideias ligados às masculinidades — tanto à chamada hegemônica quanto às subalternas. Com uma linguagem carregada de humor e ironia, esses memes se escoram no discurso da “liberdade de expressão”, transformando o riso em justificativa para o ataque e o deboche.

O lema do Pepe — “Feels good, man” — resume bem a lógica desses espaços: sentir-se bem, mesmo quando o outro é o alvo do riso. O meme, afinal, não é apenas uma imagem engraçada. É uma linguagem que organiza afetos, constrói identidades e legitima violências. Sabemos que o meme foi elaborado para fazer rir, porém, na internet o riso tem dono e na maioria das vezes ele costuma ser um homem.

Referências:

Barroso, Rita Franco. The daily meme: memes e expressão de política direta na era digital. Universidade de Lisboa. Trabalho de Projeto: Mestrado em Design de Comunicação. 2021.

COTTEE, S. Incel (E)motives: Resentment, Shame and Revenge. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 44, n. 2, p. 93–114, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1822589>.

FEELS GOOD MAN. Direção de Arthur Jones. Produção de Giorgio Angelini. Estados Unidos, 2019. 1 vídeo (92 min), son., color.

Pfeil, B. L., Milanski, B., & Pustilnick, N. (2024). Seria eu um Homem?: investigações decoloniais sobre os percalços das transmasculinidades nos feminismos. *Anômalas*, 4(1), 7–23. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74713>.

REGAGNAN, Isabela e SKELL, Jazmin Duarte. “É pra rir?”: o uso dos memes na machosfera brasileira para sustentar ideologias misóginas <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/107177>

Vilaça, G., & d'Andréa, C. (2021). Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. *Revista Eco-Pós*, 24(2), 410–440. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i2.27703>



Isabela Rodrigues Regagnan
Historiadora curiosa pelas formas como gênero e cultura se cruzam, é graduada pela UFMS e doutoranda em História pela UFSC. Já atuou como professora na rede pública e hoje pesquisa como as mídias ajudam a contar histórias sobre feminismos e as relações de gênero. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).



Homens podem praticar esportes considerados “femininos”?

o caso dos meninos na ginástica rítmica

Para entender por que ainda existe estranhamento quando um homem entra na ginástica rítmica, é preciso olhar para trás e lembrar que o próprio esporte moderno foi construído como território exclusivamente masculino. No final do século XIX, quando surgiram os Jogos Olímpicos da Era Moderna, o ambiente era pensado para celebrar o “homem ideal”. Inspirado na Grécia Antiga, o fundador das Olimpíadas, Pierre de Coubertin, acreditava que o evento deveria exaltar valores como força, coragem e virilidade. Esses atributos eram entendidos como qualidades masculinas e apenas masculinas. Mulheres, portanto, não eram bem-vindas. Para Coubertin, aceitá-las nos Jogos significava “vulgarizar” um ambiente que, segundo ele, deveria exaltar a honra e o heroísmo masculino. A exclusão era justificada por um argumento histórico: se

na Grécia Antiga elas não competiam, por que deveriam competir agora?

Apesar disso, o barão francês não condenava a prática esportiva feminina desde que fosse longe do público e restrita a competições entre mulheres. O recado era claro: o esporte pode ser delas, desde que não atravesse o território dos homens. Ao longo das primeiras edições olímpicas, a pressão feminista e o avanço social começaram a abrir brechas. A entrada das mulheres nas modalidades esportivas foi gradual, marcada por mobilização e enfrentamento de discursos médicos, religiosos e morais que insistiam na ideia de que o corpo feminino era frágil demais para o esforço físico. Esse processo, descrito por pesquisadores como Oliveira, Cherem e Tubino (2008), não inaugurou apenas a participação feminina. Ele também inaugurou uma divisão simbólica

que persiste até hoje: a classificação de modalidades como “masculinas” e “femininas”.

Modalidades como futebol, luta e rugby foram associadas ao comportamento “de homem”. Ginástica rítmica, patinação artística e nado sincronizado ficaram marcados como práticas “de mulher”. A pesquisadora Silvana Goellner (2003) explica que essas associações não nasceram do acaso: foram construídas social e culturalmente. Para entender como essa classificação se mantém, entra em cena a teoria da filósofa Teresa de Lauretis (1994). Segundo ela, gênero não é uma essência — é uma construção cultural. Antes mesmo de nascer, cada pessoa já encontra um conjunto de expectativas definindo como deve agir, se vestir e até que esportes pode praticar. Lauretis chama isso de “tecnologias de gênero”: discursos, normas e práticas sociais que moldam o que é considerado adequado para homens e mulheres. Se existe um modelo de “homem” e um modelo de “mulher”, o esporte se torna um dos principais espaços para reforçar certas ideias de papéis.

A pesquisadora Rosana Russo (1993) lembra que a Ginástica Rítmica é uma exceção histórica: um dos raríssimos esportes que emergem a partir da experiência feminina e não da masculina. A Ginástica Rítmica nasce apoiada em construções sociais e culturais de uma ideia de mulher — do corpo e de seus interesses. Por isso, a modalidade foi rapidamente enquadrada na categoria de “esporte feminino”. Não apenas pelo movimento, mas pela simbologia: leveza, graça, sensibilidade. O esporte exige precisão, controle corporal e sensibilidade. Pode ser praticado individualmente ou em grupo, com aparelhos como arco, corda, bola, maçãs e fita. Nada é improvi-

sado: cada gesto é coreografado para dialogar com a música.

Meninos que tentam entrar e tentam permanecer na Ginástica Rítmica relatam perguntas invasivas, insinuações sobre sexualidade e questionamentos constantes sobre a própria masculinidade. Para a socióloga australiana Raewyn Connell, existe algo chamada masculinidade hegemônica, um modelo dominante do que um homem “deve ser”: forte, viril, heterossexual. A teoria de Connell e Messerschmidt (2013) explica que existem várias masculinidades, não apenas uma. Porém, a sociedade continua esperando que meninos performem sempre a versão dominante. À

medida que meninos passaram a ocupar os ginásios da Ginástica Rítmica, surgiram duas maneiras distintas de praticar a modalidade — e, mais do que estilos esportivos, elas revelam duas formas de negociar a masculinidade. A primeira ficou conhecida como vertente japonesa: criada no Japão, ganhou destaque ao priorizar força, acrobacias e

movimentos rápidos. É uma GR mais atlética, com saltos e giros que se aproximam da ginástica artística de solo. A segunda, chamada por pesquisadores de vertente espanhola, segue fielmente o modelo tradicional da Ginástica Rítmica praticada por mulheres — com aparelhos, musicalidade e expressividade — mudando apenas o sujeito da coreografia: agora, são meninos em cena.

Para muitos atletas, trabalhar entre esses dois mundos é a única maneira de permanecer no esporte sem ser alvo de julgamentos. Um deles resume claramente essa negociação: “Uso um pouco de cada: das séries masculinas, as acrobacias; da feminina, os aparelhos — menos a fita.” (Ginasta 7) (Silva Neto, 2019). A fita, para ele, ainda seria “feminina demais”.

Negociar entre o estilo japonês e o espanhol é a única maneira de continuar na ginástica rítmica sem muitos julgamentos



Esse conflito leva muitos a desistirem antes mesmo de competir. Ao tentar adequar o esporte aos padrões masculinos, regulamentos e treinadores restringem gestos, suavizam coreografias e diminuem o valor da interpretação artística. Um atleta relata: “Os elementos obrigatórios nas séries davam poucas opções para se expressar. Parecia uma tentativa de deixar a prática menos ‘feminina’” (Ginasta 1) (Silva Neto, 2019). Expressar-se, mover-se com leveza, mostrar emoção, tudo isso passa a ser visto como ameaça. Para “provar” sua masculinidade, muitos meninos evitam gestos suaves, diminuem a dança e exageram na força. Já do outro lado da quadra, meninas enfrentam o processo inverso: escondem força, potência e velocidade para não parecerem masculinas.

Para alguns meninos, o maior adversário não é o aparelho, mas os comentários. “Nunca vi rivalidade entre meninos e meninas. O problema são as opiniões preconceituosas.” (Ginasta 1) (Silva Neto, 2019). Essas opiniões aparecem de forma sutil, como brincadeiras ou piadas, mas funcionam como mecanismos de vigilância: lembram constantemente ao menino que ele está em um lugar “que não é para ele”. Connell e Messerschmidt (2013) mostram

que, quando um homem não se encaixa no ideal de masculinidade hegemônica ele passa a ser tratado como afeminado, não como diferente, mas como inferior. A mensagem social é explícita: a mulher que entra em esportes “de homem” é chamada de masculina. E o inverso também ocorre. “A violência não é acidente. É tática para preservar a dominação masculina.” (Connell, Messerschmidt, 2013).

Além do julgamento, existe outra forma de exclusão: a falta de competições para homens. Os meninos até treinam, se dedicam, se apresentam. Mas competir, disputar uma medalha, representar uma cidade, um clube ou um país, quase nunca é permitido. Essa falta de visibilidade mantém viva a ideia de que a GR é, e deve continuar sendo, um “esporte de mulheres”: “Acredito que manter a GR exclusivamente feminina prejudica as mulheres. Quando os homens entram, mostram que coreografia não é atributo exclusivo do feminino — assim como força e agilidade não são exclusivas do masculino.” (Ginasta 1) (Silva Neto, 2019). O argumento é potente: quando o esporte tem gênero, quem perde é o esporte — e quem perde são as pessoas.

Ao separar “esporte de menino” e “esporte de menina”, reafirmamos uma estrutura an-

tiga: a ideia de que cada corpo tem um lugar específico, uma função, um limite. Pesquisadores como Daolio (2006) e Piedra (2017) alertam que essa divisão não é natural — é cultural. Quando repetimos que certos gestos, práticas e movimentos pertencem a um gênero, reforçamos barreiras que não deveriam existir. Mas as barreiras começaram a trincar. Meninos na Ginástica Rítmica ocupam um espaço marginal, no sentido simbólico:

eles existem num território que não foi feito para eles. Mas é justamente por ser marginal que ele se torna fértil. Ali, onde o sistema tenta silenciar, surge a possibilidade de criar novas formas de existir. Lauretis (1994) chama esse processo de agenciamento: quando um sujeito age contra o que tentam impor como verdade, criando brechas dentro da própria estrutura. Connell e Messerschmidt (2013) mostram o outro lado da moeda: o sistema reage, e a violência aparece como mecanismo para restaurar a hegemonia masculina. “A violência não é um acidente. É uma estratégia para manter o domínio.” (Connell, Messerschmidt, 2013). E, mesmo assim, eles continuam.

O gênero, mostram os estudiosos, não é algo fixo. É disputa, é negociação, é movimento. Assim como uma fita lançada no ar, o gênero também pode seguir outros trajetos. E, enquanto houver meninos que insistem em dançar, girar, lançar e recomeçar, haverá frestas. E pelas frestas, sempre entra luz. Mais do que uma disputa por medalhas, a entrada masculina na ginástica rítmica representa uma batalha simbólica. É um convite para rever velhos padrões e construir um esporte mais diversificado, inclusivo e realmente democrático.

Referências:

Connell, Robert William; Messerschmidt, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013

Daolio, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino, ou o risco de transformar meninas em ‘antas’. In: DAOLIO, Jocimar. *Cultura: educação física e futebol*. 3 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006, p.73-83.

Goellner, Silvana Vilodre. Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades em jogo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 141-155.

Lauretis, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

Oliveira G.; Cherem EHL.; Tubino MJG. A inserção histórica da mulher no esporte. *R. bras. Ci e Mov.* 2008; 16(2): 117-125.

Piedra, Joaquín. Masculinity and Rhythmic Gymnastics. An Exploration on the Transgression of Gender Order in Sport. *Masculinities and Social Change*, Vol. 6 No. 3 October 2017, 288-303.

Russo, Rosana. GRD Masculina, Perspectiva ou Mito? 1993. 39 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicomotricidade e Pedagogia do Movimento, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1993.

Silva Neto, João Jacinto da. Ginástica rítmica masculina: olhares sobre essa prática no estado de SP. Orientação de Laurita Marconi Schiavon. Coorientação de Tabata Larissa Almeida Kikuti. Campinas, SP: [s.n.], 2019. TCC. (1 recurso online (119 p.)), il., digital, arquivo PDF. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/2866>. Acesso em: 21 out. 2024.



João Jacinto da Silva Neto (João Neto) é mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Física do Centro de Desportos (CDS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha Teoria e Prática Pedagógica. É integrante do grupo *Sôma – Núcleo de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento*, além de bolsista Capes. Atua com os seguintes temas: *Dança, Ginástica, Estudos de Gênero e Sexualidades e Estudos Foucaultianos*.



Saúde e HIV: *por que os homens cis heterossexuais ainda estão fora dessa conversa?*

O Brasil tem se consolidado como referência no enfrentamento da epidemia de HIV/Aids, especialmente pelas estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento gratuito oferecido pelo Sistema Único de Saúde. Mas há uma pergunta que continua no ar e pouca gente faz: onde estão os homens cisgêneros heterossexuais nessa história?

Quando se pensa em HIV/Aids, algumas das associações que costumam vir à cabeça é a de homens cis gays, travestis e mulheres trans, pessoas profissionais do sexo ou usuárias de drogas. Isso não é à toa: essas populações foram, desde o início da epidemia, as mais atingidas e estigmatizadas. Porém, os números mais recentes mostram um quadro que desafia esse imaginário. De acordo com o último boletim do Ministério da Saúde (2024), os homens cis heterossexuais representam

a maior parcela dos casos de Aids das últimas décadas. Entre os que têm mais de 40 anos, eles são o grupo com maior taxa de infecção pelo HIV entre os homens e, acima dos 50, chegam a mais da metade dos casos. Mesmo entre os mais jovens, continuam sendo o segundo grupo mais afetado. Ainda assim, quase ninguém fala com eles quando o assunto é prevenção, testagem ou tratamento.

Ainda hoje a maior parte das campanhas sobre HIV e a abordagem de profissionais de saúde é feita para públicos específicos. Os homens cis heterossexuais quase nunca aparecem. Isso acontece porque, nas políticas públicas, eles ficam de fora das ações de prevenção e cuidado pensadas para os grupos prioritários, além de poucos estudos abordarem esses homens fora da categoria que chamamos de HSH (Knauth et al., 2020). Essa sigla

significa homens que fazem sexo com homens, e é considerada um grupo prioritário nas políticas de HIV/Aids. Ela inclui homens cis gays e bissexuais, e também aqueles que não se entendem dessa forma. Isso já foi palco de muitos debates e críticas, justamente por acabar apagando essas diferenças e as distintas formas de pensar a saúde e as sexualidades desses grupos (Calazans & Facchini, 2022).

O curioso é que o próprio Ministério da Saúde reconhece que os homens em geral costumam procurar menos os serviços de saúde, não pensam no próprio cuidado e têm dificuldade em aderir a tratamentos mais longos (Brasil, 2008). Mesmo quando há políticas voltadas para eles, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, o foco acaba ficando em outras questões, como o câncer de próstata, papel na paternidade e prevenção de violências. O tema HIV/Aids até é mencionado quando se fala do incentivo à proteção em relações sexuais e a um exercício responsável da sexualidade, mas na prática raramente entra na pauta.

Por que, afinal, tantos homens cis heterossexuais continuam ausentes do debate sobre HIV? Uma das respostas está na forma como a sociedade ensina os homens a se comportarem. Desde cedo, eles aprendem que precisam ser fortes, autossuficientes e invulneráveis. Essa ideia, chamada por algumas pessoas estudiosas de masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013), cria e valoriza um ideal de masculinidade, que acaba ditando práticas e formas de ser homem na sociedade, afastando muitos desses homens do cuidado com a pró-

pria saúde. Esse ideal também é colocado como superior em relação a outros grupos, como o de mulheres, pessoas LGB-TIA+ e mesmo outras formas de masculinidade, e que muitas vezes se impõe por meio de formas de violência.

Procurar atendimento médico, fazer exames, usar camisinha ou falar sobre sexualidade ainda são atitudes vistas, por muitos, como sinais de fraqueza, deixando pouco espaço para expressar fragilidade, medo ou dúvida. É o famoso “isso não é coisa de homem”. E essa postura não é só individual: ela foi e continua sendo reforçada pela cultura, pela mídia, pelas instituições e nas relações do nosso cotidiano. Na prática, isso faz com que muitos homens cis heterossexuais não se entendam como propensos a doenças

A cultura do “isso não é coisa de homem” dificulta a conscientização de exames de HIV em pacientes cis heterossexuais.

ou situações de risco, e só descubram o diagnóstico de HIV tardiamente, quando já estão com a imunidade comprometida ou quando a parceira recebe o resultado positivo primeiro (Knauth et al., 2020). Em vários casos, o exame vem como um susto e o tratamento, como uma urgência.

Nos anos 1980 e 1990, ou seja, desde o início da epidemia do HIV/Aids, ela foi rapidamente associada a pessoas específicas, que acabaram sendo classificadas dentro de “grupos de risco” ou ligadas à ideia de “comportamento de risco”. Assim, essas noções acabaram virando uma sentença social e fonte de estigma. Quem fazia parte desses grupos era visto como “vetor da doença”, e quem não fazia se sentia protegido, mesmo sem estar.

Hoje, o discurso mudou. Esses termos foram substituídos por “populações-chave”, uma forma mais precisa e menos dis-

criminatória de identificar pessoas mais suscetíveis à infecção, por viverem situações que levam a uma maior vulnerabilidade social e econômica, além de dificuldade de acesso à saúde (Brasil, 2018). Ainda assim, o imaginário coletivo não mudou completamente. Muitos homens cis heterossexuais ainda acreditam que HIV “não é coisa deles”, o que reduz o uso de preservativos, a procura por testagem e tratamento. Além disso, como o vírus segue sendo mais discutido em contextos ligados à diversidade sexual e de gênero, há quem veja o tema com preconceito, o que só reforça o silêncio.

Outro ponto importante é que, socialmente, o cuidado com a saúde, inclusive a sexual, costuma ser visto como uma “responsabilidade feminina”, o que se reflete nas relações cis heterossexuais. Muitas vezes, o diálogo na saúde acontece com mulheres, incentivando-as a se proteger e a convencer os parceiros a usarem caminha ou fazerem exames. Pouco se fala diretamente com os homens sobre seu lugar nas relações e na responsabilidade compartilhada pelo cuidado, como na Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069/2024). Alguns programas até tentam envolver os parceiros, como a participação no pré-natal, criado para que os pais participem das consultas e façam exames junto com suas parceiras gestantes (Brasil, 2025). Mas, no geral, essas ações ainda são pontuais.



Falta continuidade, abordagem de gênero e, principalmente, diálogo sobre masculinidades e políticas que levem isso em conta.

Os estudos de gênero e de masculinidades nos mostram que não é possível falar em uma masculinidade única, o que faria perder de vista as diferentes experiências sociais vividas por homens. Há outras masculinidades possíveis, que mudam conforme aspectos de classe, raça, território, geração, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, entre outros. Além disso, as regras e expectativas sociais também mudam a depender de qual masculinidade estamos falando. Mesmo assim, um modelo ainda predomina: o do homem cisgênero, heterossexual, branco, sem deficiência, que seja forte, racional e provedor. Esse padrão, apresentado como natural, é, na verdade, uma construção social que cria nossas concepções de gênero e as normas que associamos e restringimos ao masculino e feminino (Lauretis, 1994).

O problema é que, como parte dessa construção social, muitos homens cis heterossexuais negam a própria vulnerabilidade, e por consequência o cuidado, inclusive com a saúde sexual. E isso tem consequências concretas: baixa procura por serviços de saúde, aumento do risco de infecção, diagnósticos tardios e dificuldade para lidar com o tratamento.

Diante dos números e das histórias por trás deles, fica nítido que não dá mais para deixar os homens cis heterossexuais fora das políticas e campanhas sobre HIV/Aids. É preciso criar estratégias de prevenção e cuidado que falem diretamente com esse público, levando em conta seus contextos, formas de se relacionar e de lidarem com sua saúde. Isso passa por ampliar as ações nas unidades básicas de saúde, nas escolas e nos espaços de trabalho; por incluir o tema nas conversas sobre paternidade, sexualidade e prevenção; e por atualizar o discurso das campanhas públicas, mostrando que o HIV pode atingir qualquer pessoa, independentemente de identidade de gênero ou orientação sexual.

Criar um outro tipo de relação com a própria saúde também requer mudanças sociais mais amplas de combate à desigualdade de gênero e sobre outras formas de viver as masculinidades, que possam estimular o diálogo, o cuidado e a responsabilidade consigo e com os outros. E, mais do que isso, requer um esforço coletivo, de criar um outro imaginário social sobre o HIV/Aids e sobre a relação de homens cis heterossexuais com o cuidado e a saúde.

Referências:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Agenda Estratégica para Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações-Chave em HIV, Hepatites Virais e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2018/agenda-estrategica-para-ampliacao-do-acesso-e-cuidado-integral-das-populacoes>

-chaves-em-hiv-hepatites-virais-e-outras-infecoes-sexualmente-transmissiveis/view

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. Guia do pré-natal do parceiro para profissionais de saúde. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2025. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pre_natal_profissionais_saude_2ed.pdf

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* 21(1), 241-282. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>

Facchini, R.; Calazans, G. “Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade”: HSH, classificações e disputas na política de Aids. *Ciênc. saúde coletiva*, n. 27, v. 10, out. 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.08142022>

Knauth, D. R. et al. O diagnóstico do HIV/aids em homens heterossexuais: a surpresa permanece mesmo após mais de 30 anos de epidemia. *Cad. Saúde Pública* 36 (6), 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00170118>

Lauretis, T. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.

Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico - HIV e Aids 2024. Número Especial | Dezembro 2024. <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024>



Jéssica J. B. Fuchs psicóloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Romell Parente Viana psicólogo clínico, experiência na área hospitalar com atendimento ambulatorial a pessoas soropositivas.



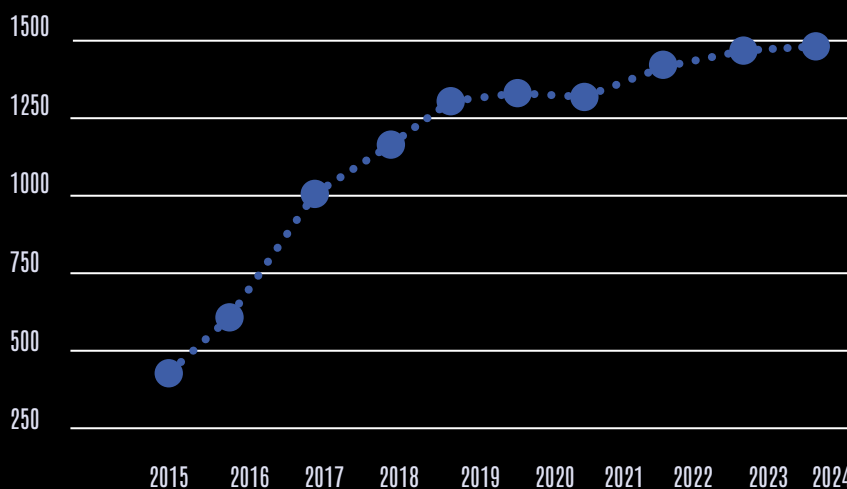
A duras penas: *por que o recrudescimento das sanções não reduz o feminicídio?*

Em outubro de 2024 o Brasil sancionou a Lei nº 14.994; ela tornou o feminicídio um crime autônomo e aumentou sua pena máxima de 30 para 40 anos de reclusão. Passado um ano da sua vigência, constatou-se o terrível: os feminicídios aumentaram em quase 18% no país. Compreender porquê isso acontece exige entender o que está na origem desse delito.

Feminicídio é o assassinato de mulher por razões da condição do sexo feminino que acontecem no contexto de violência doméstica ou que são motivados por misoginia. Essa prática é histórica no Brasil, aliás, a colonização do país foi feita pautada no estupro, na violência sistemática e no assassinato dos corpos femininos, sobretudo, corpos de mulheres negras e indígenas. Todavia, o feminicídio só foi incorporado ao Código Penal no ano de 2015, como uma qualificadora do homicídio, desde então, os dados apontam crescimento anual nos números dessa tragédia, conforme pode se ver no primeiro gráfico.



GRÁFICO DE NÚMEROS DE FEMINICÍDIOS CONSUMADOS POR ANO NO BRASIL



Elaborado a partir dos dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Em 2024 o feminicídio passou a ser tipificado como crime autônomo e hediondo, momento em que também se estabeleceu uma sanção mais rigorosa para quem o comete. A pena aplicada nesses casos, que era de 12 a 30 anos de reclusão, aumentou para 20 a 40 anos. Quando há agravantes, pode chegar a 60 anos. É o crime com a maior punição prevista no Brasil. Ao fazer isso, o Estado chama a atenção para a gravidade desse delito, mas em que pese a importância da medida, ela não se mostrou eficaz na proteção à vida das mulheres, que seguem sendo assassinadas numa proporção ainda maior do que se via até aí.

Um estudo divulgado em outubro desse ano pelo Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), uma iniciativa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos de Feminicídios (LESFEM) vinculado a Universidade Estadual de Londrina (UEL), aponta que entre janeiro e junho de 2025 houve um total de 2.978 feminicídios tentados e consumados no país. Destes, foram 950 feminicídios consumados e 2.028 tentados. A média diária foi de 5,25 feminicídios consumados e 11,20 feminicídios tentados. Comparado ao mesmo período dos anos anteriores, o número é bastante superior, conforme demonstrado no segundo gráfico.

FEMINICÍDIOS TENTADOS E CONSUMADOS POR ANO NO BRASIL (1º SEMESTRE)

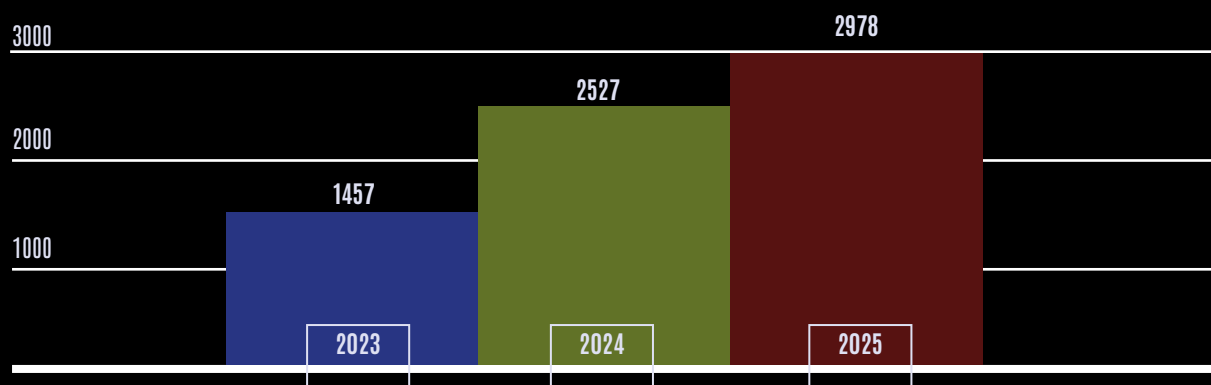


Gráfico elaborado a partir dos dados divulgados pelo LESFEM (2025)

Não se pode dizer, evidentemente, que o recrudescimento da pena aplicada aos feminicidas tenha levado ao aumento no número de casos. Não se defende isso. Mas a constatação de que o feminicídio segue seu movimento crescente mesmo com o advento da Lei 14.994, é a evidência mais concreta da falência da punição como caminho para a superação desse mal.

Os estudos têm demonstrado que o feminicídio é um fenômeno de causas múltiplas, na sua origem está o patriarcado, a misoginia o machismo estrutural entre outros. Isso não pode ser ignorado, mas é importante considerar que as/os pesquisadoras/es que fazem esses apontamentos, quase sempre, deixaram de fora de seus estudos a percepção e a fala dos homens perpetradores desse crime. Para uma melhor compreensão, é preciso considerá-las.

Entre os escassos estudos que trabalharam com homens que violentaram e/ou assassinaram suas companheiras, destaca-se o trabalho de Mercedes Fernandez-Martorell (2012), realizado em Barcelona, e o de Martin Hernán Di Marco e Jimena Kohan (2024) realizado em Buenos Aires.

Di Marco e Kohan entrevistaram 35 homens condenados pela prática de feminicídio e que cumpriam pena em 4 presídios de Buenos Aires no ano de 2021. O estudo aponta que a maioria dos entrevistados não viam o crime como expressão do ódio, mas da insegurança que sentiam frente aos comportamentos de uma mulher que desafiava o poder masculino. O backlash é o caminho que os homens assumem para lidar com sua sensação de vulnerabilidade e perda de poder.

Fernandez-Martorell entrevistou 15 homens que abusaram de suas companheiras, alguns dos quais, denunciados

por tentar assassiná-las. A antropóloga constata que as violências perpetradas contra as parceiras decorriam da crise de identidade vivida por homens. Os abusadores tinham problemas com a identidade masculina. Dominar suas parceiras (e violentá-las) era a forma que encontravam para se sentirem verdadeiros homens diante de si e diante daqueles que tinham como referência de masculinidade.

Segundo Fernandez-Martorell, o feminicídio é a expressão máxima desses abusos e, portanto, desse problema de identidade vivenciado pelos homens. Eles assassinam suas companheiras porque as consideram a personificação de seu fracasso como homem e não podem abandoná-las sem matá-las “ya que representa la memoria de su derrota”. (p. 122). Para evitar o feminicídio, a antropóloga não fala em recrudescimento de penas, mas recomenda que os abusadores sejam tratados como “vítimas de si mesmo”, pois essa é a fonte de sua violência.

Ambos os estudos, de alguma forma, apontam que o feminicídio é expressão da crise dos homens, não com suas parceiras, mas com a masculinidade.

Segundo a socióloga australiana Rawlyn Connel a masculinidade é “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (p. 188). Para ela, existem quatro padrões de masculinidade entre as quais, a hegemônica, compreendida por Connel como um modelo cultural ideal, que não é atingida diretamente por nenhum homem, mas consegue exercer um poder controlador sobre homens e mulheres.

Connel observa que nos anos de 1970, a partir da noção de “papel de gênero” (que é extremamente limitada) criou-se a ideia de que havia se instaurado uma crise de masculinidade, advinda do Movimento de

Liberação dos Homens. Esse processo culminaria no fim do patriarcado e da opressão às mulheres. Apesar das transformações inegáveis advindas desse momento histórico, não há que se pensar na instauração de uma crise de masculinidade. O patriarcado não acabou, as mulheres seguem oprimidas e o “dividendo patriarcal” não diminui (CONNEL, 1995).

Negar a crise da masculinidade é, entretanto, diferente de admitir a crise dos homens com a masculinidade hegemônica. Não foi a masculinidade que colapsou, foram os homens. A constatação de que não performam dentro desse ideal masculino frequentemente ocorre quando as mulheres recusam-se a serem cúmplices desse modelo de dominação patriarcal e escacaram a falência do sujeito, não em relação a elas, mas em relação à masculinidade hegemônica:

Es cuando las féminas se alejan de este modelo masculino impuesto cuando algunos hombres se sienten «despojados» de su verdadera identidad como «representantes de la ley social» y transforman la impotencia y frustración que les provoca esta situación en forma de violencia contra sus parejas. (FERNANDEZ-MARTORELL, 2012, p. 267).

Não é por falta de punição que o feminicídio acontece. Não é com o endurecimento das penas que ele será mitigado. O enfrentamento responsável dessa barbárie passa por repensar a posição dos homens em face das mulheres, das relações de gênero e, principalmente, em face da masculinidade hegemônica. Os grupos de masculinidade fomentados por Adriano Beiras pode ser um importante caminho para isso. Eles representam um “espaço de acolhimento pra discussões sobre masculinidades entre homens e integram a figura masculina no processo de transformação social” (OLIVEIRA, VENTUROSA; FI-

GUEIREDO, 2025, p. 221). Sem sua expansão seguiremos, a duras penas, como um dos países em que mais se mata mulheres no mundo.

Referências:

BEIRAS, Adriano et al. (org.). Análise psicossocial de homicídios de mulheres em Santa Catarina e o processo de reconhecimento do feminicídio na segurança pública [livro eletrônico]. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2024.

CONNEL, Robert (Raewyn). Políticas da Masculinidade. In: Educação e Realidade, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995.

DI MARCO, Martin Hernan; KOHAN, Jimena. “Matar por amor”: la configuración de sentidos sobre femicidio, prevención y amor en varones perpetradores en Buenos Aires, Argentina. IN: BEIRAS, Adriano et al. (orgs.). Estudios Interdisciplinarios sobre o feminicídio: contribuições acadêmicas, processo de intervenção e prevenção. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2024.

FERNANDEZ-MARTORELL, Mercedes. Ideas que matam. Ediciones Alfabet. Barcelona, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE FEMINICÍDIOS (LESFEM); MARIANO, Silvana (Coord) et al. Informe: Feminicídios no Brasil – Janeiro a Junho de 2025. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2025. (Monitor de Feminicídios no Brasil).



Jovane Gonçalves dos Santos é Mestre em Ciências Sociais (Unioeste); Doutorando em Ciências Humanas (UFSC). Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Autor do livro “Homens, bichos e diabos: o -jepotá entre os Guarani Nhandéva.



ANDROS



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

ISBN 978-658417503-7



9

786584

175037